

ESCOLA SUPERIOR DE TEOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

MARIA ICLEIDE VIANA DA SILVA

HISTÓRIA DOS MILITARES NA CIDADE DE CRATO:
Tropas, Milícias e Ordenanças (1718-1870)

São Leopoldo

2014

MARIA ICLEIDE VIANA DA SILVA

HISTÓRIA DOS MILITARES NA CIDADE DE CRATO:

Tropas, Milícias e Ordenanças (1718-1870)

Trabalho Final de Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Educação Comunitária com a
infância e Juventude.

Orientadora: Profa. Dra. Laura Franch Schmidt da Silva

São Leopoldo

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586h Silva, Maria Icleide Viana da
História dos militares na cidade de Crato : tropas, milícias
e ordenanças (1718-1870) / Maria Icleide Viana da Silva ;
orientadora Laura Franch Schmidt da Silva. – São Leopoldo :
EST/PPG, 2014.
75 p. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Faculdades EST. Programa de
Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2014.

1. Militares – Ceará. 2. Militares – Pernambuco. 3. Ceará
– História – Sec. XVIII. 4. Ceará – História – Sec. XIX. 5.
Pernambuco – História – Sec. XVIII. 6. Pernambuco – História
– Sec. XIX. 7. Crato (CE) – História militar. I. Silva, Laura
Franch Schmidt da. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MARIA ICLEIDE VIANA DA SILVA

HISTÓRIA DOS MILITARES NA CIDADE DE CRATO:
Tropas, Milícias e Ordenanças (1718-1870)

Trabalho Final de Mestrado Profissional
Para obtenção do grau de Mestre em Teologia
Escola Superior de Teologia
Programa de Pós-Graduação
Linha de pesquisa: Educação Comunitária com
a infância e Juventude.

Data:

Prof^a Dr.^a Laura Franch Schmidt da Silva

Prof^a Dr.^a Laude Erandi Brandenburg

Dedico este trabalho a Deus, quando, algumas vezes, sentindo-me desacreditada nos meus objetivos e ideais, me fez vivenciar a delícia da vitória.

À minha família, especialmente à minha Mãe Antônia Viana Teles, por todo amor e incentivo, por compartilhar dos meus sonhos e conquistas, alegrias e tristezas, e por nunca ter medido esforços para me proporcionar uma formação digna.

Ao meu esposo Camilo e aos nossos filhos Erdos e Ioran, por todo amor, apoio e compreensão durante as ausências.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por conduzir os meus caminhos permitindo que essa formação fizesse parte da minha vida, proporcionando-me sabedoria, conhecimento e desenvolvimento intelectual e espiritual. Agradeço também pelo seu Amor para comigo e por sua Santa e Poderosa Proteção.

À professora Laura Franch Schmidt da Silva pela amizade, confiança, incentivo, apoio e pela excelente orientação.

Ao meu esposo Camilo, pelas contribuições, discussões e sugestões para este trabalho.

Aos meus amigos por todas as dúvidas tiradas. Aos professores, pela ajuda em todos os momentos que precisei.

Ao IFCE Campus Crato pelo apoio durante todo este trabalho.

Ao IFCE, pelo suporte financeiro.

E aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta dissertação.

RESUMO

Este estudo da trajetória histórica dos “militares” na cidade de Crato compara com a atuação dos “militares” da capital Pernambucana, seja nas tropas de milícias, e ordenanças ou na Guarda Nacional, durante o período de 1718 a 1870. Naquele contexto, diversos sistemas militares nacionais e regionais se consolidaram com as Patentes e Registros de Patentes durante esse período de tropas da região do Cariri e da cidade de Crato. Por meio do diálogo com a historiografia relacionada ao tema, buscou-se perceber o funcionamento e a influência dos militares pernambucanos nos movimentos revolucionários da cidade de Crato, da região Nordeste, e como se deu essa organização da hierarquia militar. Analisa-se a participação efetiva da Igreja nos assuntos do Estado. Alguns eventos políticos, econômicos e sociais motivaram a participação da Família Alencar nas revoluções de 1817-1824 e, dessa forma, apresenta-se a “Lei orgânica de 1817”, a República e as prisões dos “alancares” na Bahia. Conclui-se com a atuação dos militares no período de 1851 e 1900, e o recrutamento das tropas militares e a organização militar e policial de Crato em 1870. A pesquisa aqui apresentada deteve-se em fontes documentais produzidas nas Cartas Régias, no arquivo estadual do Ceará, literatura regional, local, foram utilizados para o estudo das duas realidades. A investigação demonstrou que os militares foram responsáveis diretos pela implantação do processo civilizador da cidade, confirmando assim, as influências que tiveram na sociedade militar e civil da cidade de Crato.

Palavras-chave: Guarda Nacional. História Comparada. História dos Militares. Crato. Pernambuco.

ABSTRACT

In this study of the historical trajectory of "military" in the city of Crato compared with the performance of "military" in the capital of Pernambuco militia troops, and ordinances or in the National Guard during the period from 1718 until the late 1870s that context in several national military systems, and regional were consolidated with the Patent and Registration of Patents during that troops Cariri and the city of Crato. Through dialogue with the historiography related to the topic, we sought to understand the functioning and the influence of the military Pernambucans revolutionary movements in the city of Crato in the Northeast region, and how did this organization of the military hierarchy, and analyze the effective participation of church in state affairs. We found some political, economic and social events that motivated the participation of family Alencar in the revolutions of 1817-1824 and thus present the "Organic Act of 1817," the Republic and the arrests of "alencares" in Bahia. It concludes with the role of the military in the period 1851 and 1900, and the recruitment of troops and military and police organization of Crato in 1870. The research presented here, stopped in documentary sources produced in the Royal Letters, state file Ceará, regional literature, local, were used for the study of the two realities. Research has shown that the military was directly responsible for the implementation of the civilizing process of the city, thereby confirming the influences they have had on military and civil society of the city of Crato.

Keywords: National Guard. Comparative History. History of the Military. Crato. Pernambuco.

ABREVIATURAS

7br.^o = 7 de abril

Alz' = Alves

Andr.^a = Andrade

az duas = as duas

Bap.^{ta} = Batista

Cap.^{am} da ordenança = capitão da ordenança

Cap.^m da Hordenança do deztr.^o = capitão da ordenança do distrito

cap.^m mor = Capitão mor

Cap.nia do Ceará gr.e p.rEl Rey N. Snr. = Capitania do Ceará Grande e Dell Rey Nossa Senhora

cap.^{os} = capítulos

comp.^a = Companhia

Cons. = Consultor

destr.^o = Distrito

Destricto = distrito

Em q.^{to} = Enquanto

Fran.^{co} = Francisco

g.^{or} = governador

Glz' = Gonçalves

Gr.^{de} = grande

Hú = um

ICC = Instituto Cultural do Cariri

IHGB = Instituto histórico e Geográfico Brasileiro

nelle = nele

novam.^{te} = novamente

Olivr.^a = Oliveira

p.^a = para

p.^e da ribe.a = parte de ribeira

Pern.^{co} = Pernambuco

porq. = porque

q. = que

Regim.^{to} da Cavalr.^a = Regimento da Cavalaria

Requerim. = Requerimento

Ribr.^a = ribeira

s.^r = senhor

S.^{ta} Barbara athe = Santa Barbara até

Sarg.^{to} mor = sargento mor

seg.e = segue

Serv.o militar = Serviço militar

the aonde = e onde

Then.^{te} de cavallo da comp.^a = tenente de Cavalo da companhia

Ua = uma

V.^a = Vila

NOMENCLATURA REGIONAL

Siará = Ceará

Siará Grande = Ceará

Ciará = Ceará

Kariris Novos = Região do Cariri

Kariri = Cariri

Grato = Crato

Tropas Henriques = Tropas de Homens Negros

Muda = Substituição das tropas do Ceará

Termo do Crato = cidade do Crato

Vila Real do Crato = Crato

S. Joze = S. José

Legoaz = légoas

Comprehend = compreende

Cratto = Crato

Cavalloz = cavalaria

Tropas Pardos = Tropas de Homens Pardos

Dinheirosos = com muito dinheiro, posses

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Cartas Patentes e Requerimento de Confirmação de Patentes, Arquivo Histórico Ultramarino Avulso Ceará (1618-1800)	33
Tabela 2 - Relação dos “Soldos” Salários dos Oficiais das Tropas Pagas, Milicianas e Fortalezas da Capitania do Siará Grande (1802)	40
Tabela 3 - Distribuição de Vilas, Freguesias, População e Tropas de Linha Na Capital de Pernambuco e suas Anexas (1775-1777)	41
Tabela 4 - População da Cidade de Pernambuco e suas Anexas (1763-1814)	49
Tabela 5 - Governos Republicanos Revolucionários em 1817.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 TROPAS NO PERÍODO DE 1700 A 1800 NA REGIÃO DO CARIRI.....	19
1.1 MILITARES QUE ATUARAM NA REGIÃO DO CARIRI.....	19
1.2 PATENTES REGISTRADAS DA TROPA CRATENSE.....	37
1.3 INFLUÊNCIA DE PERNAMBUCO SOBRE AS TROPAS DA REGIÃO DO KARIRI.....	41
2 MILITARES CRATENSES (1800 a 1850)	33
2.1 TROPAS E RECRUTAMENTO NA REVOLUÇÃO DE 1817	33
2.2 EVENTOS QUE MOTIVARAM A REVOLUÇÃO.....	39
2.3 A LEI ORGÂNICA (1817) E SEUS IDEAIS	40
2.4 PATENTES REGISTRADAS DAS TROPAS CRATENSES	42
2.5 PRISÕES DOS ALENCARES NA BAHIA.....	45
2.6 A REPÚBLICA NA PROVÍNCIA CEARENSE	48
3 MILITARES CRATENSES (1800 a 1870)	53
3.1 A PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES NO PROCESSO CIVILIZADOR DE CRATO.....	53
CONCLUSÕES	61
REFERÊNCIAS.....	63
ANEXO I - LISTAS	69
ANEXO II - TABELA 6 - TERMOS DE JURAMENTO E POSSES (1767-1840).....	73

INTRODUÇÃO

Esperamos que a constituição da história dos militares no Crato/CE esteja interligada à história militar de Pernambuco e tenha adotado a mesma sequência histórica do País. Tal constatação surgiu a partir de um trabalho sobre o primeiro professor de Educação Física da região do Cariri, realizado no componente curricular História. A observação feita por Monsenhor Montenegro em Silva¹ nos instiga a continuar esta pesquisa, para conhecer mais a respeito dessa história e atuação dos militares no Crato, visto que naquela época ainda não havia o Tiro de Guerra 10-004 na citada cidade.

Seguindo os vários acontecimentos no Brasil, a história dos militares no nordeste foi introduzida pela Milícia e pela Guarda Nacional. Eis nosso eixo condutor para dar partida e aprofundar as buscas e interferências, memórias da história dos militares no Crato, no interior do Ceará, e seu processo histórico.

Continuando nossas pesquisas escrevemos outro trabalho,² cujo foco foi identificar a presença de militares na cidade do Crato. Segundo Matos³, outro autor que reforça esta afirmação é Bezerra.⁴ Esta história deve ser resgatada e preservada porque muitos participantes desta faleceram e com eles a história dessa instituição brasileira. Entre eles estão Monsenhor Montenegro, “Professor Ribamar”, e Florisval Matos, colaboradores e participantes de trabalhos acadêmicos sobre esta temática que contribuiram para o resgate da história local.

A falta de material para escrever a história dos militares do Ceará, segundo Gomes,⁵ se dá pelo fato de que, no litoral canavieiro, ao final século XVII, inicia-se a sua colonização efetiva do Ceará. O Estado contava com apenas quatro vilas, três das quais situadas junto ao litoral, em nítido contraste com a vastidão dos seus sertões.

¹ SILVA, Maria Icleide Viana da. José Fernandes de C. Ribeiro, primeiro professor de Educação Física da cidade de Crato. *ANAIS-I Encontro Caririense de Pesquisa em Educação Física URCA*. Crato, 2004. p. 03. Monsenhor Montenegro declara em entrevista que “Antes do Professor José Fernandes, quem ensinava Ginástica eram os militares”, nesta época a cidade de Crato não tinha Tiro de Guerra.

² SILVA, Maria Icleide Viana da. *A História da Educação Física escolar na cidade de Crato (1858 a 1934)*. Monografia URCA. Crato. 2008. p. 40. Segundo o historiador Humberto Cabral, a cidade de Crato teve três Tiros de Guerra antes do atual 10-004, crido pela 10ª Região Militar em 1958, por uma concessão especial do Ministério da Guerra, funcionou o Tiro de Guerra 278, no antigo Ginásio do Crato.

³ MATOS, Florisval. *A História do Futebol no Crato Versus cabra preta, Tipografia e Papelaria do Cariri*. Crato, 1966. p. 33. Matos reforça a presença dos militares quando afirma que o Tiro de Guerra Nº 118 recebeu novo instrutor, o Sargento Mário Melo, que além de exemplar conduta, joga bem o futebol, e é conhecer das Regras Básicas era o elemento que precisava a implantação deste esporte na Cidade de Crato.

⁴ BEZERRA, Francisco Robson de Souza. *O Futebol amador na cidade de Crato/CE nas décadas de 1970-1980*. Monográfica URCA, Crato, 2013. p. 13.

⁵ GOMES, José Eudes. 2009. (Dissertação de Mestrado). *As milícias d’El Rey: Tropas militares no Ceará setecentista*, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

Para o autor, os livros de registro das câmaras durante a segunda metade do século XVIII, foram perdidos, o que talvez não inviabiliza mas, com certeza, abrevia uma pesquisa mais aprofundada das tropas da vila Real do Crato.

Por esse motivo é que a mesma deve ser escrita e divulgada para que as gerações futuras e até mesmo o próprio Exército tenha a sua história resgatada, documentada e preservada, para que, a partir dela, possam conhecer e dar continuidade a essa história, produzindo elementos novos que vão esclarecendo a mesma.

Muitas são as personalidades cratenses que fizeram parte desta história, como afirma o Jornalista Pequeno⁶, sobre o regime da última turma formada no Ginásio do Crato. A história local dos militares existe de forma fragmentada, em diversos livros regionais, revistas locais e regionais. Falta documentar e preservar para as futuras gerações esta história tão marcante para os habitantes da região do Cariri.

A inviabilidade de estudar o tema em toda a sua totalidade força-nos a delimitar o período dessa investigação no Crato, de 1718 a 1870, pois, ressaltamos que Crato lidou com a influência de vários Estados circunvizinhos, e essas influências modificaram de forma marcante vários acontecimentos de sua história. No final do século XVIII Crato sofreu agitações:

A independência no Icó, as marchas para Caxias no Maranhão; as respectivas marchas de 1824, a República do Equador, a contra-revolução, a revolta prolongada de Pinto Madeira, desde 1831 até 1833; a marcha para Icó em 1840. Em 1842, o começo da Rebelião de Exú; em 1845 a aparição dos penitentes (espécie de flagelados da Idade Média), em forma de seita com o nome de "Serenos" e finalmente a carnificina eleitoral na matriz em setembro de 1856. São fatos que atestam a ebulição constante desse povo, que deve ter concorrido para retardar a prosperidade do lugar.⁷

Salientamos que Crato é a "Cidade da Cultura".⁸ A pesquisa de Cortez compreendeu em suas referências sobre a cidade de Crato o uso repetido de expressões como: "adiantado", "civilizado", "culto", "pioneiro", "ordeiro". A partir de então, ela imprimiu e cunhou uma nova expressão sobre a cidade, que passou a ser conhecida como "Cidade da Cultura". A

⁶ PEQUENO, João Ranulfo. *Revista Província*, Tipografia Cariri, Crato, julho de 1993. Descreve o regime de caserna que era utilizado com os alunos internos no antigo Ginásio do Crato, era comparado aos militares.

⁷ Apud FARIAS FILHO, Waldemar Arraes de. *Crato: Evolução urbana e arquitetura*. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2007. O movimento republicano de Pernambuco em 1817 teve o apoio do Ceará com a propaganda feita tenazmente no Crato, por José Martiniano de Alencar.

⁸ CORTEZ, Antônia Otonite de Oliveira. 2000. (Dissertação de Mestrado). *A construção da "cidade da cultura": Crato (1889-1960)*. Rio de Janeiro, 2000. UFRJ. p. 2-14.

cidade de Crato foi pioneira no ensino no interior do Estado, pois, segundo o historiador J. Lindemberg de Aquino⁹, o Seminário São José é uma referência no ensino na região Nordeste.

Esta pesquisa tem como objetivo geral compreender como se deu o processo histórico das influências militares nos períodos de 1718 a 1870, nos movimentos revolucionários, na Guarda Nacional local, na sociedade civil e militar do Crato, resgatando esses atores e seus aspectos históricos na perspectiva da sistematização de suas dimensões históricas comparando com a história da atuação dos militares na capital pernambucana.

A grande dificuldade está em encontrar fontes locais que permitam a recomposição histórica, pois a história dos militares no Crato não foi sistematizada e escrita devido à insuficiência de pesquisa nesta área.

Nesse sentido, buscamos responder às seguintes questões da pesquisa: que fatos históricos podem constituir a história dos militares no Crato e quais influências tiveram sobre a sociedade militar e civil da citada cidade? E, se comparada com a história militar de Pernambuco, o que as duas histórias têm de semelhanças e ou diferenças?

Seguindo o exemplo de Araújo,¹⁰ ao pesquisarmos o processo histórico dos militares, percebemos que a realidade local regional e mesmo nacional se entrelaçavam da tal maneira que tivemos que buscar um diálogo com a historiografia que trata do Império do Brasil e da Província de Pernambuco. Também tivemos que investigar as questões ligadas aos hábitos e aos costumes populares para compreendermos aspectos vitais da realidade em questão para reescrever a história local dos militares da cidade de Crato.

De modo característico, a pesquisa tem como objetivos específicos: a) Resgatar a história dos militares no período de 1718 a 1700, das Tropas e suas Patentes e suas atuações sociais; b) Conhecer as representações militares e sociais dos sujeitos envolvidos no período de 1800 a 1870, nas revoluções locais e regionais, na Milícia e na Guarda Nacional do Crato identificando suas atuações no movimento revolucionário de Pernambuco; c) Identificar as influências dos militares na sociedade civil de Crato, e comparar com a atuação dos militares no Nordeste e as práticas do recrutamento da população.

Analisaremos as metodologias que possibilitam a compreensão das múltiplas interfaces da História Militar, tais como social, institucional, cultural, econômica, tecnológica,

⁹ AQUINO, J. Lindemberg. *Revista do Jubileu de Ouro do Colégio Diocesano do Crato*, Crato-CE, Tipografia do Cariri, 1977. O Seminário São José foi um dos primeiros estabelecimentos de ensino a ofertar o ensino secundário no interior nordestino.

¹⁰ ARAÚJO, Raimundo Alves. 2011. (Dissertação de Mestrado). *Família e Poder: Construção do Estado no Nordeste Cearense no Século XIX (1830-1900)*, UEC. Fortaleza. 2011. p. 15. O autor descreve um esboço histórico das Instituições Públicas e militares no Brasil durante o período Imperial.

religiosa, sociológica ou política, entre outras. Para Parente,¹¹ as aproximações entre a história militar e a história social propiciaram um fecundo campo na historiografia atual, possibilitando uma compreensão mais ampla das relações das instituições e fenômenos militares com a vida cotidiana das sociedades, deixando de lado a pura História Batalha.

As análises deste trabalho utilizam os pressupostos da história comparada em uma perspectiva de separação do processo de observação dos casos a serem comparados. Torna-se fundamental a observância das inter-relações entre os casos incorporando-os à análise como fatores que influenciaram os acontecimentos entre a história dos militares da cidade de Crato, e dos militares de Pernambuco, as suas semelhanças e/ou diferenças.

A pesquisa se baseia nesses referenciais, na possibilidade de observação definida por Barros.¹² Analisando o desenvolvimento militar no nordeste destaca-se a possibilidade de trazer à luz as diferenças e semelhanças ocorridas ao longo do processo de introdução da prática militar no interior do cariri mais precisamente em Crato.

O tratamento das fontes foi realizado a partir da metodologia de “análise crítica de documentos”, de Calado e Ferreira,¹³ explorando a pesquisa em duas fases: a crítica externa, a fim de identificar a efetiva relação da produção com a datação do documento informada; e a crítica interna, onde é observado o conteúdo informado na fonte, o objetivo de produção do documento, as características do produtor e a circunstância em que foi produzido.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos, a saber: no capítulo inicial realizamos uma revisão bibliográfica de trabalhos que envolvem temas pertinentes à atuação de militares cratenses no século XVII, na região do Cariri e Crato. No capítulo seguinte elencamos as atividades militares de 1800 a 1850 na Guarda Nacional do Crato/PE, salientando como se dava a organização de hierarquia militar e os eventos que motivaram a participação da Família Alencar na revolução de 1817-1824. No penúltimo capítulo apresentamos a Lei Orgânica de 1817 e seus ideais, a atuação dos militares no período de 1851-1870 do Crato, as patentes das tropas cratenses, a República e as prisões dos “Alencares” na Bahia. No último capítulo expomos a atuação dos militares no período de

¹¹ PARENTE, P. A construção de uma nova História Militar. *Revista Brasileira de História Militar*, Edição especial de lançamento, dez. 2009. p. 3.

¹² BARROS José D’Assunção. História Comparada – Um Novo Modo de Ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun./2007. p. 05. Observa através da “iluminação recíproca”, quando duas realidades são confrontadas visando, através da acentuação de suas características fundamentais, colocar em destaque os aspectos do outro fazendo “iluminar” as presenças ou ausências de determinados elementos.

¹³ CALADO, C.; FERREIRA, C. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2005. p. 5-6. Explorado a pesquisa em duas fases: a crítica externa, feita na coleta dos dados procurando a relação e períodos de cada acontecimento, e a crítica interna, onde é tratado o conteúdo na sua base procurando as informações repetidas e idênticas, comparando e destacando esses acontecimentos.

1850 e 1870, na sociedade civil, como ocorreram os recrutamentos das tropas militares e a organização militar e policial de Crato em 1870.

Seguem as considerações finais com um entendimento de todo o percurso histórico da performance dos militares cratenses nos períodos de 1718 até 1870, nos movimentos Militares, na sociedade civil, e suas influências tiradas a partir dos resultados obtidos as principais conclusões, assim como sugestões para trabalhos futuros.

Para realiza-lo, levamos em consideração a necessidade de expandirmos as informações sobre a História dos Militares na cidade de Crato. Apesar da escassez de informações sobre o assunto, foi muito gratificante pesquisar o seu surgimento e desenvolvimento histórico.

1 TROPAS NO PERÍODO DE 1700 A 1800 NA REGIÃO DO CARIRI

A Coroa portuguesa mantinha uma economia de mercê com as suas províncias. Era usada como modelo de controle social e militar. No nordeste esta relação foi reproduzida através da concessão de patentes, terras e poder. Em seguida, conheceremos as primeiras patentes concedidas à região dos “Cariris Novos” e cidade do Crato. As tropas cearenses vinham do Estado do Pernambuco e eram compostas por “Henriques” (homens Negros), Homens pardos e indígenas. Apresentaremos o poder que Pernambuco tinha sobre o Estado do Ceará, e a relação que a Igreja mantinha com o Estado neste período. Distinguiremos a forma de recrutamento das tropas, e quais eventos motivaram as revoluções de 1817 e 1824, destacando a prisão, morte, e liberdade de membros da família Alencar.

1.1 MILITARES QUE ATUARAM NA REGIÃO DO CARIRI

A Monarquia portuguesa mantinha uma prática de concessão de mercês e privilégios em troca de serviços e vassalagem que remonta à própria formação de Portugal enquanto reino independente a partir das guerras de “Reconquista” cristã da Península Ibérica.¹⁴ A relação política estabelecida entre a Coroa lusitana e seus vassallos, quer reinóis ou ultramarinos, era a “economia da mercê” para Fernanda.¹⁵ Esta relação desempenhava um importante papel no controle do processo de mobilidade social e na consolidação da monarquia enquanto centro redistribuidor de distinções e com capacidade para reconfigurar as hierarquias sociais. Servir a Coroa tornara-se quase um modo de vida. Para diferentes sociedades dominadas pelo poder português, este modelo de controle civil e militar a partir das mercês, também foi replicado no nordeste, primeira região brasileira colonizada pelos portugueses, e em sequência o Estado do Ceará, por se manter geograficamente na rota comercial de Pernambuco.

O subsídio militar no Estado do Ceará tinha como objetivo o pagamento da tropa e era ordinariamente conhecido como “subsídio de sangue”. Estabelecido em Carta Régia desde 15 de maio de 1654, e incidira no gado *vacum* quatrocentos réis para bois e trezentos e vinte réis

¹⁴ XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, António Manuel (coord). *História de Portugal, o Antigo Regime*. Lisboa: Ed. Estampa, 1993, p. 121-155. O rei lusitano concedia terras, coutos, moradias, tenças, títulos, honras e outros privilégios como recompensa a serviços, sobretudo militares, que lhe eram prestados.

¹⁵ FERNANDA, apud GOMES, 2009, p. 27.

por vaca, que se transportassem para fora da capitania, ou que fossem consumidas, este subsídio estabelecido valia para toda a província.¹⁶

NOME	POSTO	DATA	DOCUMENTO	TIPOLOGIA
Alexandre de Barros Rego	Ajudante-supra do terço de infantaria paga da cidade de Olinda	13/08/1745	250	Despacho do Cons. Ultramarino (Ocupava o posto de ajudante-supra)
Antônio Lopes de Andrade	Coronel da tropa de cavalaria do distrito de Cariris Novos	Anterior a 01/04/1758	455	Requerimento de confirmação de patente Carta patente
João Batista da Costa Coelho	Tenente-coronel do regimento de cavalaria dos Cariris-Novos	16/03/1768	524	Resolução régia
João Batista da Costa Coelho	Tenente-coronel do regimento de cavalaria dos Cariris-Novos	22/12/1768	531	Carta patente
Caetano da Silva Sanches	Sargento-mor do regimento do Recife	Anterior a 11/03/1777	559	Requerimento de confirmação de patente Portaria

Tabela 1- Cartas patentes e requerimentos de confirmação de patentes

FONTE: GOMES¹⁷

Observamos a partir dos dados da tabela 1 que começam a ser respondidos os objetivos do trabalho, que de fato havia tropas pernambucanas da cidade de Olinda e de Recife, que eram empossadas de suas Patentes pelos mesmos Requerimentos e Cartas que as Tropas dos Cariris Novos, região do Sul do Ceará, onde a cidade de Crato está localizada, e era subordinada a esses militares a partir de 1745.

A Respeito do envio de Tropas a Província do “Siará Grande”, como era chamado o Estado do Ceará naquela época, uma Provisão Régia de 30 de maio de 1709 mandava pagar ao Mestre-de-Campo Domingos Roiz Carneiro, a quantia de 84\$000 réis por ele despendida com 14 “Soldados Henrique” do “Terço de gente preta de Pernambuco”, segundo Studart.¹⁸ Ou seja, as Tropas vinham de Pernambuco e passavam um ano na Província do Sairá. Passado esse prazo vinham novas tropas de Pernambuco substituir as tropas do Siará a esta “troca de Tropas” se dava o nome de “Muda”. Como observamos nesta passagem as tropas Pernambucanas e cearenses estavam interligadas pelo poder central da Monarquia e da província de Pernambuco.

¹⁶ GIRÃO, Raimundo. *Pequena História do Ceará*. Ceará: Edições UFC, Coleção Estudos Cearenses Vol I, 3. Ed., 1971. p. 144.

¹⁷ GOMES, 2009, p. 281-289. Tabela elaborada a partir de dados retirados destes anexos.

¹⁸ STUDANT, Guilherme. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001, p. 140.

De acordo com Guilherme Studart,¹⁹ em 1717 Manuel da Silva Araújo, Belchior Lopes e Diogo Rodrigues, criminosos, sentaram praça de soldado nas tropas regulares para escapar da justiça. Nesse sentido, Kraay²⁰ apontou que na capitania da Bahia escravos fugidos faziam questão de serem incorporados como soldados regulares buscando escapar da punição de seus crimes “ao abrigo da farda”, ao passo que Silva²¹ observou que esta prática também era utilizada pelos pernambucanos para escapar do recrutamento para as tropas regulares, confirmando assim que a história das tropas se repete nas capitais nordestinas.

Segundo o historiador Antônio Bezerra, a “Primeira Patente expedida para a Ribeira dos Cariris foi em 22 de junho de 1718, concedeu o Capitão-mor Manuel da Fonseca Jaime a Manuel Soares de Oliveira a patente de “Capitão dos assaltos no sertão dos Cariris e Piranhas”,²² posto que aquele Capitão-mor julgou a necessidade criar para conter o gentio.

Identificamos que as primeiras patentes expedidas para a região do Cariri estavam relacionadas à contenção e/ou expulsão dos índios da região do Cariri e/ou da cidade de Crato, respondendo assim a atuação social dos militares no período de 1700 a 1799. Segundo Pinheiro²³, as tropas tratavam de “civilizar” os indígenas que eram considerados os “gentios”, a trabuco e a ferro frio. Em 30 de junho de 1719 nomeou o Capitão-mor Salvador Alves da Silva a João Mendes Lobato Capitão de cavalos da Ribeira dos Cariris.²⁴

A relevância dos serviços prestados à Coroa de Portugal pelos índios, declarando a sua condição de índios cristãos e aldeados - dentre os quais destacavam a “Restauração de Pernambuco”, ocorrida há mais de meio século atrás, e a defesa das conquistas do Piauí e Parnaíba, os índios do aldeamento da Ibiapaba (Ceará) – os fez requererem os seus três “principais”,²⁵ - dois dos quais já possuíam as destacadas patentes de “governador dos índios” e “mestre-de campo” - a concessão de hábitos de alguma ordem militar, devidamente

¹⁹ STUDART Guilherme. *1856-1938 - Notas para a História do Ceará*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. nº 29, Conselho editorial 2004. p. 32. As tropas que vinham servir na província do Ceará ficavam em regime de caserna e serviam por um período de um ano, passado este tempo, outras tropas vinham para fazer a “Muda”, ou seja substituíam os outros que estavam em serviço. O pagamento das tropas também era anual, pois isso a quantia paga ao Mestre de Campo, que por vezes pagava do próprio bolso as despesas até o ressarcimento total.

²⁰ apud GOMES, 2009, p. 274-275. No estado da Bahia o fugir do serviço militar obrigatório, entrando nas tropas, milícias ou ordenanças era comum no Nordeste e no Brasil no Período do Império.

²¹ SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

²² Apud PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*, Coedição Secult/Edições URCA, - Fortaleza: Edições UFC, 2010. p. 37.

²³ PINHEIRO, 2010, p. 38-39.

²⁴ Em 05 de outubro de 1719 – A Patente de Sargento-mor ao Tenente Manuel Cabral de Vasconcelos, para combater as invasões dos índios nas Ribeiras dos Cariris; Em 07 de dezembro de 1720 – a Francisco Brandão Malheiros Capitão-mor das estradas para “extinguir os Tapuias que habitavam aquela região, isto é, nos sertões dos Cariris.

²⁵ D’ALCOCHETE, Nuno Daupias. *Principalidade*. Porto: Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.

acompanhados do pagamento das suas “tenças”, espécie de pensão paga aos portadores da honraria, esse tratamento dispensados aos índios cearenses era difundido em todo o território brasileiro como se pode constatar.

Assim como indicam estudos recentes relativos a outras regiões,²⁶ as concessões de mercês, honras e privilégios a índios no Ceará setecentista parecem ter seguido uma lógica marcadamente hereditária ou familiar, processo responsável pela formação do que poderíamos chamar de verdadeiras “parentelas indígenas” na capitania, que se consolidaram através da sucessão familiar no recebimento de terras, títulos, honras, cargos e patentes.

A região nordeste apresentou vários contingentes indígenas, a exemplo do que sucedia nas disputas acerca de fronteiras na região do rio da Prata e na Amazônia. Para Faoro,²⁷ onde já havia o recrutamento de índios, a *Lei do Diretório dos Índios* ordenava a criação de ordenanças indígenas, medida legislativa que efetivava a oficialização da política de incorporação dos índios como vassalos da monarquia portuguesa, que ocorria na capitania do Ceará, apresentando assim uma resposta para os objetivos desse estudo, onde demonstra que no Ceará havia índios nas tropas assim como em vários estados do Brasil e do nordeste.

As conveniências adquiridas pelos militares cearenses eram diversas desde, status, patentes e terras, o Capitão Domingos Simões Pinto Jordão concedeu ao Capitão-Mor Francisco Pinto da Cruz, no ano de 8 de setembro de 1738, três léguas de terras no Riacho dos Porcos, no Cariri, onde havia “povoações de gados, engenhos de cana e mais lavouras”, o capitão só fixou residência na região no ano de 1750 descreve Pinheiro²⁸ que muitos donatários recebiam terras e só as habitavam anos e até décadas depois de acordo com as suas conveniências, ou cediam a terceiros.

Os militares pernambucanos vieram controlar as minas dos Cariris, demonstrando, assim, a atuação militar das tropas de Pernambuco na região dos Cariris Novos. Segundo Studart,²⁹ em 1752, com a descoberta das Minas de S. José dos Cariris, o Governador de Pernambuco Luís José Correia de Sá conseguiu uma concessão de licença por intermédio de José Honorato Valadares Aboim e três dias depois por um positivo enviado do Coronel das

²⁶ RAMINELLI, Ronald. *A honra malograda dos chefes potiguar (1630-1695)*. (Texto inédito). RAMINELLI, Ronald. “Honra e privilégio da família Camarão (1630-1720)”. In: *Anais Eletrônicos do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinariedade*. São Leopoldo: Unisinos, 2007. ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. ROCHA, Rafael Ale. “A formação das elites indígenas”. In: *Os oficiais índios na Amazônia pombalina: sociedade, hierarquia e resistência (1751-1798)*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, 2009, p. 45-88.

²⁷ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1991. p. 302.

²⁸ PINHEIRO, 2010, p. 39.

²⁹ STUDART apud GIRÃO, 1971, p. 98.

Ribeiras dos Cariris Novos, Domingos Alvares de Matos, chegaram notícia do descobrimento de ouro nesta região.

Portugal, sabendo das novas minas, enviou uma expedição chefiada por Jerônimo Mendes de Paz, com trinta soldados infantes, via Aracati. Também vieram o Governador do Ceará, Luís Quaresma Dourado e o ouvidor Alexandre Proença Lemos. Os cearenses não gostaram da interferência dos pernambucanos expondo ao Rei as desvantagens das explorações.

A influência de Pernambuco sobre o Ceará durou muitas décadas, dificultando o desenvolvimento social e político do Estado, este fato também se repetiu na região do Cariri, onde a cidade de Crato está localizada, ratificando assim, que a história militar de Crato e Pernambuco tem muitas semelhanças. Assim Segundo Girão³⁰ Quaresma Dourado protelou o pagamento dos soldados e dos índios das minas, onde aumentou o descrédito as explorações. Esse seria um dos primeiros registros de pagamentos a “soldados” na Região do Cariri. De acordo com Studart³¹ o ordenado dos oficiais e soldados destacados para servir nas minas dos Cariris-Novos em 1754, era de 4 patacas por mês, o que equivalia a 1\$280 réis. Jerônimo Mendes da Paz ficou sendo o intendente, construiu casas e quartelamentos cobertos de telhas fabricadas pelos próprios soldados, e dispôs as coisas de modo segundo Pinheiro,³² a policiar a região para prevenir a evasão dos quintos e os roubos e crimes, conforme Araújo.³³

Alexandre de Proença Lemos foi o último superintendente nomeado por Ato de 17 de maio de 1747 e empossado dia 18 de janeiro de 1749. Desenvolveu grandes atividades, conforme Girão,³⁴ contra as investigações das minas de S. José dos Cariris. Neste mesmo ano, no dia 19 de janeiro, o Bispo de Pernambuco ordenou ao Frei Luiz de Santos Tereza, ao visitador Manuel Machado Freire, que “dividissem a freguesia do Icó em dois Curatos, sendo o segundo nos Cariris Novos Pinheiro³⁵. Esta passagem dá ênfase ao poder que a igreja apresentava junto ao Estado de Pernambuco e no Estado do Ceará, ou seja, a divisão da região do Icó e do Crato se deu por ordem eclesiástica do Bispo de Pernambuco, e não por ordem do Governo Pernambucano, provando que as histórias de Ceará e Pernambuco se interpassam, e se rematam.

³⁰ STUDART apud GIRÃO, 1971, p. 98.

³¹ STUDART, 2001, p. 262.

³² PINHEIRO, 2010, p. 40-41.

³³ ARAÚJO apud PINHEIRO, 2010. A respeito desse Militar escreveu em sua Crônica de Missão Velha; “Militar sisudo, prudente, e justiceiro, estabeleceu a ordem, o respeito e a obediência às leis e autoridades, promoveu as festividades do padroeiro”. Retirando-se o Coronel Jerônimo Mendes, a ordem passou a ser quase exclusivamente eclesiástica.

³⁴ GIRÃO, 1971, p. 97.

³⁵ PINHEIRO, 2010, p. 40.

A igreja como podemos identificar era a principal agência de governo formal das vilas da província da região Nordeste, a centralização do poder no início da conquista dos sertões conforme Araújo³⁶ coube primeiramente à igreja à Igreja, enquanto “representante” do Estado. O regionalismo (ou nacionalismo) é apenas um caso particular das lutas propriamente simbólicas em que os agentes segundo Bourdieu³⁷ estão envolvidos quer individualmente e em Estado de dispersão, quer coletivamente, e em estado de organização.

1.2 PATENTES REGISTRADAS DA TROPA CRATENSE

Localizamos no arquivo público do Ceará um registro de “Edital para Capitão-Mor nos Kariris Novos”. O registro de um edital que o senhor Capitão-mor e Governador mandou fixar na Vila do Icó³⁸, povoação dos Kariris Novos, e Ribeiras dos Inhamuns para efeito de passar mostra geral a todas as tropas do distrito da mesma vila. Retirando-se o Coronel Jerônimo Mendes, a ordem passou a ser quase exclusivamente eclesiástica. Sofrendo grandes influências da monarquia o Ceará consegue fazer um edital para o cargo público de Capitão-mor, cargo este, que antes era indicação direta da monarquia, e ou das elites de Pernambuco. Este edital prepara a saída dos militares pernambucanos da Região do Cariri, provando que Pernambuco e a região do Cariri estavam ligadas por vínculos elevados a elite da época.

Arnau de Holanda Coreia foi nomeado para o cargo de Capitão-mor do Crato, pelo Tenente-Coronel Antônio José Vitorino Borges da Fonseca. Segundo o historiador Antônio Bezerra apud Pinheiro,³⁹ isto se deu por ser uma pessoa capacitada e nobre naquele distrito, mas também da Capitania de Pernambuco, de onde é natural e descendente da nobreza. Conforme Arquivo Público do Estado do Ceará, Arnau de Olanda, Capitão-mor das Ordenanças da Real Vila do Crato, fundou o engenho de Santo André a sul de Jaboatão-PE. Advertimos que as histórias de PE e CE se entrecruzam, e pernambucanos registraram com ações a história do Ceará, sancionando assim os objetivos proposto neste esboço.

³⁶ ARAÚJO, 2011, p. 102.

³⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 8. Ed. São Paulo: Bertrand do Brasil, 2005. p. 124. Nesta luta pelos critérios de avaliação legítima, os agentes empenham interesses poderosos, vitais por vezes, na medida em que é o valor da pessoa enquanto reduzida social que está em jogo.

³⁸ GOMES, 2009, p. 290. Tabela 2.

³⁹ PINHEIRO, 2010, p. 43-44.

A Ribeira do Icó pertencia as Tropas de Milícia da Capitania do Ceará em (1774), o Tipo da Tropa era “Auxiliar de Homens Pardos”. De acordo com Gomes,⁴⁰ subordinada a esta Ribeira do Icó estavam quatro Regimentos:

- **Terços de Infantaria** Auxiliar de Homens Pardos (formado em observância da Carta Régia de 22 de março de 1766);
- **Regimento de Cavalaria** da freguesia de Nossa Senhora da Expectação do Icó;
- **Regimento de Cavalaria** da freguesia de Nossa Senhora do Carmo dos Inhamuns;
- **Regimento de Cavalaria** da Freguesia de São José dos Cariris.

O Termo da Vila do Crato fazia parte do Regimento de Cavalaria da Freguesia dos Cariris, que nesta época era subordinada a Ribeira do Icó. Para Meneses,⁴¹ as tropas do Crato pertenciam as Tropas de Linha da Cavalaria Milicianas, o Regimento do Crato possuía 10 companhias e faziam a guarda na cidade de Crato, evidenciamos uma questão proposta pela hipótese do estudo, quando Meneses vem elucidar e embasar a história dos militares na cidade de Crato. Para Meneses os Regimentos Milicianos foram criados pelo Decreto de 7 de agosto de 1796, e sendo Capitão-mor para província do Ceará o Governador Luiz da Mota Féo e Torres.

O Regimento dos Cariris Novos tinha Ordens de Mostras-Extras⁴² na capitania do Ceará em 1766 a 1789:

- **O Regimento de Cavalaria Auxiliar da Freguesia de S. José dos Cariris Novos:** 18/09/1760; 26/07/1769; 08/12/1775; 08/09/1777;
- **O Regimento dos Cariris Novos:** 26/07/1778; 08/09/1779; 08/09/1780;
- **Ordenanças do Cariri:** 09/12/1775.

Verificando a lista de Termos de Posse identificamos os nomes de pernambucanos e nomes de cearenses no Arquivo Público do Estado do Ceará. Observou-se que os pernambucanos na sua maioria são de famílias nobres, que vieram prestar serviço na cidade de Crato todos assumiram altos cargos nas Tropas de Pagas. De acordo com Gomes⁴³ em 1768 o “Ciará”, contava com um contingente militar de: 51 militares pagos; 01 fortalezas; 810 auxiliares de pé; 404 auxiliares a cavalo; 403 auxiliares pardos; num total de 1668.

⁴⁰ GOMES, 2009, p. 249. A Carta Régia de 22 de março de 1766 criou esta patente.

⁴¹ Apud GARNIER P. L., Memória sobre a Capitania Independente do Ceará Grande escrito em 18 de abril de 1814 pelo Governador da mesma, MENESES, Luiz Barba Alardo. in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil XXIV*, Rio de Janeiro, 1871. p. 279.

⁴² GARNIER, 1871.

⁴³ GOMES, 2009, p. 177.

Manuel Moriz de Mello recebeu em 20 de abril de 1765 a Patente de Capitão dos Homens Pardos da Vila do Icó e seu termo era composto de 60 praças GOMES,⁴⁴ A presença de Companhias de negros e pardos, indicava que esse tipo de tropa estava presente em Vilas desenvolvidas assim como a Vila do Icó, e Vila do Crato, e esse aspecto era organizado com distintos critérios de hierarquia.

Conforme Mood⁴⁵ a existência de terços separados formados e comandados por Negros ou Pardos foi inclusive uma reivindicação feita pelos próprios contingentes. A existência de tropas de Pardos na Vila do Crato, estendeu-se até depois da separação política de Portugal em 1822.

A Consolidação das Tropas de Henriques (Negros) e Pardos, em todas as capitanias do nordeste, nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, e Ceará, fornecida por Gomes⁴⁶ reforça a observação feita por Caio Prado Júnior e Boxer de que havia uma certa tolerância quanto à “cor” no que diz respeito a soldadesca daquele tipo de tropa. Mood e Gomes embasam os objetivos propostos por este estudo, onde eles evidenciam os trabalhos das tropas no Crato, e em vários estados nordestino provando assim que a história da cidade de Crato era um reflexo dos acontecimentos nordestinos.

No Ceará havia tropas indígenas na capitania que mantinham boas relações com a monarquia na capitania do Ceará. Esse fato também se replicou, a negociação da prestação de serviços militares e a concessão de mercês remuneradas. Conforme Faoro,⁴⁷ um decreto expedido em novembro de 1819, instituía a premiação dos Índios das aldeias do Ceará Grande, Pernambuco e Paraíba, por seu comportamento no atentado de Pernambuco de 1817. Essa “Tropa Indígena” começou no período da colonização do Ceará Grande, no século XVIII, onde demonstra no arquivo público do Estado do Ceará que indígenas receberam sesmarias em troca de serviços.

Analisando esses arquétipos acima citado podemos assegurar que a busca por terras, distinções, patentes era socialmente compartilhada por todas as etnias de branco, pardos, negros e índios do Ceará e do Nordeste para Gomes.⁴⁸ O autor responde assim o eixo norteador deste estudo, quando Gomes admite que as tropas cearenses, e nordestinas repetiam o mesmo formato das fileiras de suas tropas, que evidência a dispersão do serviço militar em troca de mercês remuneradas, e distinção hierárquica na sociedade dos sertões nordestino.

⁴⁴ GOMES, 2009, p. 265.

⁴⁵ Apud GOMES, 2009, p. 264-266.

⁴⁶ GOMES, 2009, p. 266-298.

⁴⁷ FAORO, 1991, p. 302.

⁴⁸ GOMES, 2009, p. 153-154.

As tropas pagas de oficiais e os contingentes de soldados em 1700 a 1750, que serviam na “fortaleza do Ceará”. Conforme Studart,⁴⁹ eram enviados anualmente da capitania de Pernambuco, a qual o governo do Ceará era subordinado.⁵⁰

A reorganização militar colonial determinou a reorganização das tropas militares, o alistamento de “todos os moradores desta capitania do Ceará de 12 até 70 anos” e a criação de um novo terço de milícia e ordenanças diante das necessidades de efetivos para os confrontos decorrentes daqueles conflitos. Para Gomes,⁵¹ outra medida de cunho militar e controlador foi a obrigatoriedade do uso de passaportes e licenças, publicada na capitania do Ceará, a respeito dos desertores e punição para quem os amparassem. Conforme Viana⁵² as tropas de Primeira Linha, ou “Tropas de Linha”, “Tropas Regulares” ou somente “Tropas Pagas”, eram as únicas Forças que serviam em caráter permanente, e recebiam o pagamento de “Soldos” ou “Soldada”, que consistia em terços e companhias de infantaria.

GOVERNADOR 1.000\$000 POR ANO	POR MÊS 133\$333
AJUDANTE DE ORDEM	22\$000
COMPANHIA INFANTARIA = CAPITÃO	19\$700
COMPANHIA INFANTARIA = TENENTE	11\$000
COMPANHIA INFANTARIA = ALFERES	11\$000
INFANTARIA DE MÍLCIA = SARGENTO-MOR	26\$000
INFANTARIA DE MÍLCIA = AJUDANTE	12\$000
CAVALARIA DE MÍLCIA = SARGENTO-MOR	26\$000

Tabela 2 - Relação dos “soldos” salários dos oficiais das tropas pagas, milicianas e fortalezas da capitania do Siará Grande (1802).

FONTE: GOMES⁵³

Transcrevemos na tabela de acima os “soldos” mensais das tropas cearenses, criada a partir da tabela de soldos atrasados das Tropas Pagas, Milícias e Fortalezas da capitania

⁴⁹ STUDART, 2004, p. 32.

⁵⁰ GOMES, 2009, p. 281-314. Os Registros dos Arquivos público do Estado do Ceará evidencia que o Registro de Patentes no estado cearense teve início a partir do ano de 1759-1765, do Livro de N° 11, Tabela N° 02 e o Livro N°18 de 1767-1840, TABELA N° 06.

⁵¹ GOMES, 2009, p. 343. Carta Régia de 22 de março de 1766, publicada no Ceará em 1766 foi uma reorganização militar.

⁵² VIANA, Paulo Fernando & SABINO, Graça, “Organização Militar”. In: SALGADO, Graça (Coord.). *Fiscais e meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 97. O Alvará Régia de 1762 punia quem ajudasse os desertores.

⁵³ GOMES, 2009, p. 253.

pernambucanas onde a província do Siará está incluída, com todos os estados nordestinos constituídos da época. Evidenciamos, assim, mais uma aposição dos salários das tropas pernambucanas e cearenses, comprovando que tinham o mesmo valor pago para as tropas nordestinas.

1.3 INFLUÊNCIA DE PERNAMBUCO SOBRE AS TROPAS DA REGIÃO DO KARIRI

A província do Pernambuco era a maior e a mais influente de todas as províncias do Nordeste, pela sua localização geográfica e por ser uma das primeiras capitanias colonizadas pelos portugueses. Identificamos na tabela 3 que a província do Siara representava 17% da população nordestina, enquanto que Pernambuco representava mais da metade de toda a população nordestina, portanto, se justifica tanto poder da província Pernambucana.

Esta tabela 04 demonstra que no período setentrionista na capitania do Ceará havia uma Companhia nas tropas de linha, e contava com 13 vilas e 20 freguesias, o Ceará é a segunda capitania do Nordeste em número de população só perde para Pernambuco. Analisando os dados, esses Estados se desenvolviam ao mesmo tempo em número de civis (população) e militar (tropas).

CAPITANIA	VILAS	FREGUESIA	POPULAÇÃO	TROPAS REGULARES
PE	14	45	229.7439 (62,30%)	2 regimentos 1 Corpo de Artilharia
PB	05	11	052,468 (14,00%)	3 Companhias
RN	04	09	023.812 (0,6,70%)	2 Companhias
CE	13	20	061,408 (17,00%)	1 Companhias
TOTAL	36	85	363,238 (100%)	1 Regimento 6 Companhias 1 Corpo de Artilharia

Tabela 3 - Distribuição de vilas, freguesias, população, e tropas de linha na capital de Pernambuco e suas anexas (1775-1777).

FONTE: GOMES⁵⁴

⁵⁴ GOMES, 2010, p. 178.

Esta tabela demonstra que no período setentrionista na capitania do Ceará havia uma Companhia nas tropas de linha e contava com 13 vilas e 20 freguesias. O Ceará é a segunda capitania do Nordeste em número de população só perde para Pernambuco. Analisando os dados, esses estados se desenvolviam ao mesmo tempo em número de civis (população) e militar (tropas).

Para Studart,⁵⁵ quando os pernambucanos se retiraram das minas dos Cariris com suas tropas, o Ouvidor Vitorino Soares Barbosa, por portaria de 18 de junho de 1769, encarregou a Alexandre Correia Arnaud de tomar conta desses alojamentos, para serviço das antigas minas dos Cariris Novos. Segundo Tabela 02, o Sr. Alexandre Correia Arnaud, toma posse como Coronel do Regimento de Cavalaria Auxiliar da Freguesia de S. José dos Cariris Novos 1782.

Para Pinheiro, desde 1769, o Coronel Alexandre Correia Arnaud começou servir nas tropas cearenses, pela portaria do Ouvidor Vitorino Soares Barbosa, que o encarrega de tratar das casas do antigo presídio de Sua Majestade. O mesmo ordena que “[...] alugasse as casas e enviasse o produto desses alugueis com declaração das pessoas, preço e tempo que as alugarem”.⁵⁶ Quanto às casas feitas de barro e em ruína, tirasse telhas e portas, pondo tudo em bom recato em outra para que não levem descaminho e havendo “quem furtivamente tire delas qualquer coisa me darão parte para proceder contra ele como diz a justiça”.⁵⁷

As ordens do Ouvidor José da Costa Dias e Barros, ocasionou a injusta expulsão dos índios do Crato, como declara o Tenente-Coronel Eufrásio Alves Feitosa: “Atesto que fiz executar esta ordem quanto aos índios da vila do Crato em 16 do corrente (outubro), dia em que saíram da mesma vila para a de Arronches, o que tudo presenciei [...]”.⁵⁸ De acordo com Pinheiro, este fato ocorreu no ano de 1780, provando assim dois objetivos desta pesquisa: primeiro, a existência de índios Cariris na vila de Crato, mesmo que não houvesse tropas indígenas nas milícias e ordenanças cratenses; e, segundo, o trabalho efetivo de militares, Tenente-Coronel e Ouvidor, na cidade de Crato no período setentrionista.

Em 1791 um “Senhor nobre e distinto de terras e currais”, José Alves Feitosa recebeu a Patente de Capitão-mor de uma das companhias de ordenanças do sertão dos Inhamuns, situada na porção centro-ocidental do Ceará.

⁵⁵ STUDART, 2004, p. 33.

⁵⁶ PINHEIRO, 2010, p. 46.

⁵⁷ PINHEIRO, 2010, p. 46.

⁵⁸ PINHEIRO, 2010, p. 48.

Conforme Chandler,⁵⁹ o Capitão era descendente de uma das mais influentes famílias daquela capitania: Bisneto de Francisco Alves Feitosa, o Colonizador; Neto do Sargento-mor Francisco Ferreira Feitosa Pedrosa um dos mais antigos sesmeiros dos Inhamuns; e Filho do Capitão José Alves Feitosa do Papagaio, anos mais tarde o Coronel José Alves Feitosa, foi Capitão-mor da Vila do Crato. Este caso comprova a estreita relação de que defende Chandler⁶⁰ entre tropas militares e o poder da elite no Ceará.

Viajando pelo Ceará entre dezembro de 1810 e janeiro de 1811, em suas notas de viagem, Koster⁶¹ observou acerca da projeção e desmandos dos Feitosa nos sertões da capitania: o chefe dessa família chegara a tal poder que supunha estar inteiramente fora do alcance de qualquer castigo, recusando obediência às leis, tanto civis como criminais, fazia vingança com as próprias mãos. Para Koster,⁶² nenhum membro da família Feitosa ocupou as fileiras das tropas auxiliares de milícias de “homens pardos”, criadas a partir de 1766 na capitania.

A exemplo do que aconteceu na História do Ceará, a história do Crato, repete-se essa influência pernambucana. A história comparada, conforme Bloch,⁶³ se torna mais fácil de conhecer e utilizar a partir de estudos locais, sem os quais não se poderia compreender a história nacional.

O Coronel Joaquim Ferreira Lima e sua esposa Desideria Maria do Espirito Santo, sogros do Herói Tristão G. de Alencar Araripe (1817 a 1824), como afirma Borges⁶⁴, possuíam o sítio Cabreiros no Termo do Crato, com engenho de moente e corrente, conforme Tabela 06⁶⁵, recebeu a Patente de Posse do Capitão-mor das Estradas do Distrito dos Cariris Novos Joaquim Ferreira Lima.

⁵⁹ CHANDLER, Billy James. *Os Feitosas e os Sertões dos Inhamuns: A História de uma Família e uma Comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1830)*. Fortaleza: ED. EDUFC; Rio de Janeiro.1981. p. 50-51.

⁶⁰ CHANDLER, 1981, p. 50-51.

⁶¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Tradução, prefácio e comentários de Luís da Câmara Cascudo. 12ª edição. 2 vols. Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC editora. Em seu livro Koster descreve a história sem lei da Família Feitosa, que habitavam a região dos Inhamuns, e a justiça era feita com as próprias mãos.2003, p. 23. Os Feitozas são descendentes de europeus de acordo com KOSTER a maior parte dos Feitosa tinha “sangue mestiço” indígena, de quem haveriam herdado a coloração da pele. Mesmo assim, José Alves e os seus nunca tiveram questionada a sua condição de “brancos” ou “portugueses”, nem muito menos nenhum Feitosa ocupou as fileiras das tropas auxiliares de milícias de “homens pardos”, criadas a partir de 1766 na capitania. p. 184

⁶² KOSTER, 2003, p. 184.

⁶³ Apud PINHEIRO, 2010, p. 12.

⁶⁴ BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Engenho Taquari*. Crato, Coleção Ytaitera (ICC), n. 20, 1995. p. 83.

⁶⁵ GOMES, 2010, p. 303-304.

De acordo com a Carta Régia, “como o bem dos povos [...] sou servida a separar as duas Capitânicas do Siará e Pernambuco [...]”⁶⁶ Com esse novo fato o Ceará e a cidade de Crato têm a sua autonomia da subordinação imediata do Governo Geral de Pernambuco. Um fato similar nas suas histórias, no entendimento de Girão, a respeito da “proposta de oficiais militares, nomeações interinas de ofícios e outros atos de governo [...]”⁶⁷ Essas ações governamentais permanecem ainda permanece subordinadas à corte de Portugal e a defesa da região nordeste (Pernambuco, Ceará e Paraíba) subordinada a Pernambuco. A partir desta Carta Régia diminui, contudo, não acaba a influência Pernambucana sobre os estados do Ceará e da Paraíba.

⁶⁶ GIRÃO Raimundo. *Pequena História do Ceará*. 4 ed. Fortaleza: Edições UFC, 1984, p. 115. Carta Régia de 17 de janeiro de 1799.

⁶⁷ GIRÃO, 1984.

2 MILITARES CRATENSES (1800 a 1850)

A história dos militares da província do Ceará teve a sua autonomia quando começaram a designar Patentes para as tropas locais do Estado e da Vila Real do Crato. Distinguímos as tropas do movimento revolucionário de 1817 e, como era o processo de recrutamento dessas tropas, evidenciar os motivos que determinaram a Revolução de 1817 e a Lei Orgânica desse período. Desta forma, demonstramos, assim, a saga da família “Alencar” durante esses eventos de 1817 e 1824, as revoluções nos estados nordestinos, e a participação de tropas do Crato, Pernambuco, nos eventos do Maranhão e Piauí. Encerramos o capítulo com as prisões, os assassinatos e libertação de desses militares.

2.1 TROPAS E RECRUTAMENTO NA REVOLUÇÃO DE 1817

A história da província do Ceará escrita por Alencar⁶⁸ descreve a história das Tropas de Linha, com 50 a 60 soldados comandados por um subalerno, progredindo para uma companhia de 110 praças e 20 artilheiros. Criada oficialmente pelo Decreto de 18/07/1811 e igualados às praças de Infantaria, formaram outra companhia com 143 Artilheiros. A constituição do batalhão⁶⁹ era composto de um comandante, um ajudante e um sargento quartel-mestre, tendo as duas companhias um capitão, dois tenentes e dois alferes. Para o autor esta era a Tropa de Linha existente no Ceará em 1822, cujo batalhão totalizava 194 Praças.

O preenchimento das Praças fazia-se por meio de recrutamento forçado, não havia voluntários para suprir o número, quanto aos recrutas serviam por oito anos e antes de 1775 este tempo era inestimado. Na província de Pernambuco, implicava para o recruta “a perda das suas liberdades por toda a vida no dito serviço”. Como forma de incentivar o alistamento voluntário, uma Carta Régia⁷⁰ publicada no Ceará, determinava que o serviço nas tropas regulares, antes prestado por tempo indeterminado, passava a ser limitado a oito anos:

Antonio Joze Victoriano Borges da Fonseca Ten.Cor.el de Infantr.a com o governo da Cap.nia do Ceará gr.e p.rEl Rey N. Snr. &ª Faça saber a todos os

⁶⁸ ALENCAR, Tristão. História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850. 2ª Ed. Anotada. Fortaleza, 1958. p. 85-86. Para Alencar essas duas companhias em 1815 formaram um corpo de Batalhão, comandado por um sargento-mor incumbido das inspeções dos corpos de milícia e de sua disciplina.

⁶⁹ A constituição do Batalhão foi organizada pelo Decreto de 31/07/1813.

⁷⁰ BANDO de 30 de junho de 1775. Arquivo Público do Estado do Ceará. Livro 16: Portarias, editais, bandos e ordens régias (1762-1804), fls. 43v-44. O mesmo bando foi publicado na vila de Icó em 18 de julho de 1775: Arquivo Público do Estado do Ceará. Livro 14: Registros de portarias, editais, patentes, bandos e ordens régias da câmara da vila de Icó (1761-1796), fls. 101-102v.

moradores de dita capitania que o Ill.mo e Ex.mo Snr.General me ordenou em Carta de dezaseis do mez pasado fizese publicar o Bando seg.e...Faço saber que S. Mag.e Fid.e p' Sua Real Carta de 28 de Marso do corrente ano de 1775] p.a tirar do espirito de todos moradores digo de todos os abitantes dezta Cap.nia e Suas anexas a Repugnancia que tem ao Serv.o militar ocasionado do Orror que lhe faz a perda das suas liberdades por toda a vida no d.serviço, foi servido por Sua Real grandeza declarar o seg.e Que todas as pessoas que voluntariam. E se quizerem alistar p.a entrar na Tropa, não serão Obrigados a Servir mais que o preciso termo.⁷¹

O Perdão Régio é concedido como a limitação do tempo de serviço, conforme Studart⁷² em 1799 foi concedido “perdão real” aos soldados desertores das tropas de linha, desde que se tratasse da sua primeira deserção e se apresentassem novamente aos seus respectivos postos. Em 1803 o perdão régio ao crime de “primeira deserção” foi suspenso, ordenando-se “que da data deste em diante sejam irremissivelmente castigados com o rigor das Leis Militares”.

Em 1814, como demonstra Pinheiro,⁷³ militares e famílias nobres como “Ariosa”, “Lobato” e outras conseguiram extensas sesmarias no Cariri. A partir das últimas décadas do século XVIII diversas concessões de perdão régio para desertores das tropas de linha foram publicadas, assim como a limitação do tempo de serviço.

O último dos Ouvidores com jurisdição em todo o Ceará conforme o historiador Raimundo Girão⁷⁴ que foi criada a Comarca do Crato, e teve como ouvidor José Raimundo de Paço de Porbem Barbosa. Gomes⁷⁵ reforça este fato afirmando que foi empossado em 1817. Segundo o historiador João Brigído⁷⁶ foi José Raimundo de Paço de Porbem Barbosa, quem “iniciou a ideia da canalização do rio São Francisco pelo leito do rio Salgado”.

Em todo o Ceará, segundo Girão,⁷⁷ a fonte substancial dos impostos régios era o dízimo, suplementado pelos subsídios militar e literário, pelo subsídio destinado às despesas com casamentos dos príncipes e pelos quintos da mineração. O dízimo no início se aplicava nas despesas eclesiásticas e, na falta de outros meios, a todas as despesas. Capistrano de Abreu⁷⁸ chama esse imposto de “imposto meio civil, meio eclesiástico”.

⁷¹ BANDO, 1775.

⁷² STUDART, Guilherme. “A administração de João Carlos Augusto de Oeynhausén no Ceará (parte documental).” In: *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XXXIX, 1925, p.. 241-242.

⁷³ PINHEIRO, 2010, p. 55.

⁷⁴ PINHEIRO, 2010, p. 112. A Criação da Comarca do Crato teria sido pelo Alvará de 27/06/ 1816.

⁷⁵ GOMES, 2009, p. 278.

⁷⁶ Apud. PINHEIRO, 2010, p. 82, O ouvidor era um homem considerado muito inteligente, e audacioso sempre trazendo boas ideias para serem implantadas na Vila Real do Crato.

⁷⁷ Apud. PINHEIRO, 2010, p. 113.

⁷⁸ GOMES, 2009, p. 278.

Na metade de 1850 o Ceará ainda não havia sido submetido à autoridade de sua capital, para existia vários polos de poder equivalente na província constituído pela dependência recíproca coletiva (interesses políticos) e pelas afinidades de consanguinidade existentes entre as distintas genealogias (interesses familiares) dominantes que ocupavam o espaço no interior do Estado e na Região do Cariri. Conforme Gomes,⁷⁹ foi gerado um status diferenciado na vila do Crato, de acordo com as várias formas, funções, estruturas e postos das forças militares.

Crato foi elevada à sede de comarca em 1816, a primeira após Fortaleza, sobressaindo em conformidade com SÀ⁸⁰ a mais populosa e desenvolvida vila, sendo que “Crato e Jardim juntas abrigavam 32.822 habitantes”⁸¹, enquanto que “Fortaleza tinha 12.810 habitantes”. A agricultura cearense multiplicou o número de vilas no Ceará, de acordo com Brasil,⁸² durante o século XVIII o único contingente de Tropa de Linha do Ceará seria em Fortaleza, somente nas últimas décadas do século foi criado um corpo de artilharia composto por 20 artilheiros.

O censo geral de 1777-1782 apontou que a capitania do Ceará tinha como especificidade o fato de que, diferentemente de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande, onde a maior parte da população vivia ao longo da estreita faixa do litoral que formava a Zona da Mata - apresentando um povoamento praticamente ininterrupto começando em Natal, no Rio Grande do Norte, até Penedo, nas margens do rio São Francisco, atual Estado de Alagoas, no Ceará existia menor densidade populacional e a sua população se distribuía com maior igualdade pelo interior, em núcleos considerados de médio porte, para os padrões da época,⁸³ como Icó, Crato, Inhamuns.

⁷⁹ PINHEIRO, 2010, p. 50-51.

⁸⁰ PINHEIRO, 2010, p. 51.

⁸¹ PINHEIRO, 2010, p. 51.

⁸² BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. “População do Ceará”. In: *Revista do Instituto do Ceará*. Tomo III, 1889, p. 78-104.

⁸³ PORTO ALEGRE, Maria Sylvania. “Aldeias indígenas e povoamento do nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da cultura de contato”. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1992, p. 204.

CAPITANIA	1763	1768	1771	1782	1804	1801	1814
PE	90.109	-			-	-	-
PB	39.158	-			-	-	-
RN	23.305	-			-	-	-
CE	17.010	34.181	61.470		85.726	125.878	148.745
Total	169.592	-			-	-	-

Tabela 4 - População da Capitania de Pernambuco e Anexas (1763-1814)

Fonte: GOMES, 2009⁸⁴

Podemos identificar na Tabela 4 o motivo pelo qual cresceu o número de habitantes no Ceará, foi devido à expulsão dos índios da província e as doações de terras. Verifica-se também que a província do Ceará triplicou o número de habitantes, enquanto Pernambuco e Paraíba dobraram esse número e Rio Grande do Norte permaneceu com a mesma quantidade de habitantes.

Esse poder regional e local é relatado por Brito⁸⁵ por conservar-se nas mãos dos ouvidores de comarcas, proprietários de fazendas, os "coronéis" e por causa do seu poder como intermediáveis entre o mundo venal das "criaturas de Deus", e a vida terrestre, o clero, na pessoa dos vigários. Este episódio se repetiu na cidade do Crato. Por esse motivo analisaremos o segundo grande caminho apontado por Marc Bloch⁸⁶ para uso da comparação histórica. É feita uma comparação de sociedades próximas no tempo e no espaço, que exerçam influências recíprocas.

Para Andrade⁸⁷ os nordestinos compartilhavam das mesmas ideias por causa da formação acadêmica que tiveram na Europa e ou Pernambuco:

Portugal não havia fundado nenhuma universidade no Brasil, daí a elite brasileira era pequena e vários descendentes destas famílias abastardas iam cursar o ensino superior na Europa ou em seminários religiosos. Por isso, merece destaque o Seminário de Olinda, fundado em 1800, que teve entre seus professores e alunos notáveis pensadores e militantes políticos e liberais, muitos deles deram importantes contribuições às revoltas pernambucanas de 1817 e 1824 e a própria organização política do Império.⁸⁸

⁸⁴ GOMES, 2009, p. 162.

⁸⁵ BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca. 1979. (Dissertação de Mestrado). *A Rebelião de Pinto Madeira, Fatores políticos e sociais*, UFSC, 1979. p. 15.

⁸⁶ PINHEIRO, 2010, p. 11-12.

⁸⁷ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Revolução Pernambucana de 1817*. Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras. São Paulo: Ática, 1995. p. 10.

⁸⁸ ANDRADE, 1995, p. 11.

Os “Coronéis” como eram conhecidos pelos sertanejos ganharam prestígio e força, mas se tornaram guardas da ordem e da lei; e a administração, amputando-se talvez com esta delegação mais ou menos forçada de poderes, ganhava uma arma de grande alcance: punha a seu serviço uma força que não podia contrabalançar, e que de outra forma teria sido incontrolável. Segundo Boxer,⁸⁹ os governantes do período colonial tinham certeza dessa ocorrência e muitas vezes advertiram à Monarquia de que “a distribuição judiciosa de postos e títulos militares era o melhor e mais barato meio para assegurar o que, do contrário, somente a lealdade” imprecisa das elites do sertão nordestinos.

A história militar do Crato em comparação com a história militar regional está em abrir a percepção do historiador para as influências mútuas, o que também o coloca em posição favorável para questionar falsas causas locais e esclarecer, por iluminação recíproca, as verdadeiras razões, inter-relações ou motivações internas de um fenômeno e as causas ou fatores externos, bem como as diferenças.

Para Bloch,⁹⁰ as sociedades próximas contemporâneas estão sujeitas às grandes causas por uma origem comum que as influenciou. Segundo Barros,⁹¹ a obra que exemplifica esse caso é Os Reis Taumaturgos. Neste modelo temos sociedades contemporâneas vizinhas – Crato e a Região do Nordeste – e ambas sofreram a colonização de Portugal com os seus mandos e desmandos reais, lutas pela mesma causa e a República contra o poder real.

As sociedades se interinfluenciam; Crato sofreu influências de Pernambuco pela aproximação territorial e de Fortaleza por ser a sua capital, a rivalidade entre Crato e Fortaleza se deram pela diferença ideológica e por interesses particulares. As milícias, a guarda nacional e os militares estavam a serviço dos reis de Portugal, que muito se beneficiaram com essa instituição. Esta influência de Recife sobre Crato afirma Della Cava: “Os laços de Recife foram de importância política”.⁹²

A proximidade política e de interesses em comum com Pernambuco, foram mais decisivas do que a própria distância espacial entre os a vila Real do Crato e a Província de Pernambuco. As estradas descampadas e mais movimentadas também fazem partes desses fatos que influenciaram profundamente a História da cidade de Crato e a sua constituição social, política, histórica, etc.

⁸⁹ BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 327.

⁹⁰ BLOCH, Marc. Para uma História comparada das sociedades europeias. In: História e Historiadores. Textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998.

⁹¹ BARROS, José D” Assunção. História comparada _ Um Novo Modo de Ver e Fazer a História. Revista de História Comparada, volume 1, número1, jun./2007.

⁹² DELLA CAVA, p. 28

As igualdades entre a história cratense e pernambucana também se reproduziram nas influências eclesiásticas e militares da região. Como nos afirma Andrade:⁹³

Próximos aos militares, os padres desempenharam diversos papéis nas tropas desde capitães de guerrilha até soldados. Há até casos em que alguns conventos serviram de campo de treinamento militar ou mesmo como local para alojar armas. A revolução de 1817 só terá sucesso em se difundir por regiões mais amplas quando fizer uso do aparelho eclesiástico, atingindo até mesmo os sertões por meio de fios que ligavam os vigários, as igrejas e paróquias às grandes autoridades do bispado. Os púlpitos, pastorais e até os livros de tombo das paróquias estarão impregnados pelo ideário revolucionário. O governo provisório por meio do clero fez circular pastorais instruindo os fiéis a abandonarem as rivalidades que dividiam o rebanho entre brasileiros e europeus [...]. Dessa forma, as pastorais, amparadas pelas explicações do clero serviram como um dos vários instrumentos políticos de doutrinação para legitimar o levante.⁹⁴

O modelo preconizado por Bloch⁹⁵ pode ser aqui visualizado, duas sociedades sincrônicas que guardam entre si relações interativas e que juntas oferecem uma visão clara de um problema comum a ambas. Sem uma ou outra, no mero âmbito de uma história nacional, não poderia ser compreendida a questão da História Militar da cidade do Crato, a apropriação política e histórica que se desenvolveu na região do Nordeste pela monarquia.

A “casa da fazenda” teve função semelhante à “casa grande” dos engenhos nas zonas de açúcar para Girão,⁹⁶ o “Fazendeiro” do Crato equivalia ao “Senhor de Engenho” de Pernambuco e Fortaleza, a diferença era o luxo, na maneira de cada um ser e de se apresentar. Para João Brigido⁹⁷ os fazendeiros tornaram-se “dinheirosos, prestimosos, gênero indefectível de chefe político”. Conforme Neves⁹⁸ grandes proprietários de terras faziam da Região do Cariri uma “reserva” para o período de seca, aonde o gado ficava protegido nesta migração periódica. Em 1822 essas áreas se tornaram ocupadas pela cultura do algodão, o avanço dessa cultura por toda a província do Ceará também repercutiu na região do Cariri e no Crato. Foi motivada em função da Guerra de Secessão nos EUA e pelo acréscimo no preço do algodão no mercado internacional. Este evento confirma o que defende Bloch⁹⁹ que a história regional, nacional e internacional se influenciam.

⁹³ ANDRADE, Breno Gontijo. *A revolução dos padres de 1817*. Diálogos. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 15, n. 1, 2011. p. 246-247.

⁹⁴ Idem 93.

⁹⁵ PINHEIRO, 2010, p. 13.

⁹⁶ GIRÃO, 1971, p. 86.

⁹⁷ Apud GIRÃO, 1971, p. 86.

⁹⁸ apud SOUZA, Laura de Mello e. & BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O império deste mundo (1680-1720)*. São Paulo: Companhia das Letras, Coleção: Virando séculos, 2000. p. 77-79.

⁹⁹ SOUZA, 2000, 77-79.

Boxer vem respaldar esse tema afirmando que na América portuguesa “de modo semelhante aos senhores de engenho, os barões do gado e os magnatas do interior (as “elites sertanejas”) tendiam a se constituir na própria lei”.¹⁰⁰ O autor destaca também outro aspecto característico da América portuguesa setecentista, que consistia no fato de que os grandes proprietários de terras, ou seja, a elite da época, “mostravam-se cada vez mais ávidos de títulos, honrarias e postos militares, em busca de poder ou prestígio”.¹⁰¹

As características patriarcais da época eram de costumes simples e sérios, obediente ao chefe de família, temente a Deus, preservada genealogicamente seu isolamento endógeno, o fazendeiro para preservar a linhagem, quer no sangue, quer na inteireza de caráter, relembra aos seus familiares e agregados que “a sua palavra é um tiro”.¹⁰²

2.2 EVENTOS QUE MOTIVARAM A REVOLUÇÃO

O projeto da autonomia não era plano apenas de Pernambuco.¹⁰³ Desde 1814, Domingos José Martins e Domingos Teotônio Jorge contatavam chefes políticos no Maranhão, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, na Bahia e até no Rio de Janeiro. Para expandir o movimento republicano,¹⁰⁴ o governo enviou emissários para o Ceará por mar. Francisco Alves Pontes e Matias José Pacheco viajaram em uma jangada, e foram aprisionados ao desembarcar em Canoa Quebrada (27/04); e por terra, para o Cariri, viajaram o seminarista José Martiniano Pereira Alencar e Miguel Joaquim César Melo, onde a família Alencar tinha prestígio. Os Estados vizinhos do Nordeste foram influenciados pelos acontecimentos políticos e militares da Região.

O movimento revolucionário Pernambucano foi uma coletânea de episódios, fatores sociais e ideológicos que permeavam o Brasil e o mundo desde o fim do período setecentista. Vários fatores influenciaram o movimento revolucionário de 1817.

Vários fatores influenciaram esse movimento. O primeiro foi a Revolução Liberal Americana (1775-1783), aonde ficou instalada a “1ª república moderna baseada no iluminismo francês”. O segundo motivo sucedido no século XVIII foi a “Revolução Francesa, “aonde as ideias Iluministas balizaram as ações dos revolucionários, Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

¹⁰⁰ BOXER, 2002, p. 322-323.

¹⁰¹ BOXER, 2002, p. 322-323.

¹⁰² GIRÃO, 1971, p. 88.

¹⁰³ CAHÚ, Sylvio de Melo. *A Revolução Nativista Pernambucana de 1817*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951, p. 19.

¹⁰⁴ GIRÃO, 1971, p. 115. O governo republicano enviou vários emissários para todo o Nordeste com o objetivo de ter um número maior de adeptos no movimento, Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí.

” O terceiro motivo foi a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, inspirada na Constituição Americana e nos ideais Iluministas e Liberais.¹⁰⁵

De conformidade com Junior e Rodrigues,¹⁰⁶ no Brasil, mesmo com todas as tentativas de Portugal para impedir tais pensamentos, eles chegavam nas bagagens de religiosos, viajantes estrangeiros, militares e filhos das elites que iriam estudar fora da Colônia, sobretudo na Europa. O Seminário de Olinda em Pernambuco foi a fonte fundamental de difusão desses ideais, onde estudavam o seminarista cratense José Martiniano Alencar e os filhos das elites nordestina, alguns ex-alunos e professores do Seminário foram líderes ou participantes do movimento de 1817. Para os autores, a Maçonaria, em suas reuniões secretas difundiram o ideal francês, que se expandiu com a participação de párocos, militares, sobretudo oficiais de menores patentes e de pessoas influentes, principalmente da burguesia comercial.

A Revolução de 1817 desencadeou no Brasil aspectos de independência. A conjuntura de política conservadora administrada pelo governo em gabinete junto dos Capitães-Generais e Governadores de províncias apontados pela Realeza não estava agradando a população. A antipatia¹⁰⁷ aos portugueses, ocupantes dos cargos da administração pública, era tanta que desde 1816 em Pernambuco se conjurava diretamente versus a monarquia e com reuniões patriotas em festas cívicas.

O movimento revolucionário teve o seu auge com diversas manifestações, ideias de autonomia em relação ao governo português que se originou na capitania de Pernambuco, fato que explodiu por várias capitanias do nordeste e instalou setenta e três dias de governo republicano em pleno reinado de D. João VI. Com a grande seca de 1816, que abalou todo o nordeste no período de 1800, para Tollenare¹⁰⁸ diminuiu de forma considerável a lavoura açucareira e algodoeira, episódios que incitaram os ânimos da população angustiada com a falta de segurança nas ruas, não combatida pelo governo.

2.3 A LEI ORGÂNICA (1817) E SEUS IDEAIS

A Primeira Constituição Brasileira, de 28 de março 1817, era provisória. Uma Lei Orgânica que trazia em si a síntese do pensamento e das intenções dos revolucionários, dividida em 28 artigos, em conformidade com Junior e Rodrigues,¹⁰⁹ retirava alguns impostos,

¹⁰⁵ JÚNIOR, Rosildo Coelho & RODRIGUES, Renata Samico, Antiga Lei Orgânica de 1817. *ANAIS V – Colóquio de História; Perspectivas Históricas; Historiografia, Pesquisa e Patrimônio*. 2011, p. 1482.

¹⁰⁶ Idem. JUNIOR & RODRIGUES, 2011.

¹⁰⁷ CAHÚ, 1951, p. 19.

¹⁰⁸ TOLLENARE, Louis-François de. *Notas Dominicais*. Recife: Secretária de Educação e Cultura. 1978. p. 137.

¹⁰⁹ JUNIOR & RODRIGUES, 2011, p. 1484.

protegia a liberdade religiosa e de pensamento, mas aprovava continuamente a primazia ao catolicismo. A questão do abolicionismo sempre causou contrassenso dentro do governo provisório, que com medo de perder o apoio das elites, abriu mão da libertação dos cativos. Em um manifesto dos revolucionários podemos observar o seguinte:

Patriotas pernambucanos! A suspeita tem se insinuado nos proprietários rurais: eles crêem que a benéfica tendência da presente liberal revolução tem por fim a emancipação indistinta dos homens de cor e escravos... Patriotas, vossas propriedades, ainda que mais opugnantes ao ideal de justiça, serão sagradas, o Governo porá meios de diminuir o mal, não o fará cessar pela força, creia na palavra do Governo, ela é inviolável, ela é santa.¹¹⁰

A partir da leitura desse documento fica evidente que o liberalismo de 1817 não chega a ser tão liberal assim, já que abolição dos negros era de interesse de muitos “revolucionários”. De acordo com os censos realizados durante o século oitocentista e as estatísticas elaboradas pelo Senador Pompeu¹¹¹ na segunda metade deste, a população das cidades do Cariri sofreu uma forte alteração tanto em relação a quantidade de livres quanto a de escravos. Então libertar aos escravos envolviam muitos interesses e especulações.

Além do conflito de interesses, havia uma grande massa de escravos em relação aos quais era necessário tomar decisões claras. Entre os revolucionários mais radicais, existiam os que propunham a abolição do trabalho servil, como forma a ganhar a adesão destes. Esta posição encontrava forte oposição dos proprietários rurais, cuja riqueza dependia do trabalho escravo. Após debates iniciais, as lideranças revolucionárias assumiram uma posição ambígua quanto à questão. Os escravos não foram libertados e a participação dos negros no movimento tornou-se limitada.¹¹²

Contudo, a Lei Orgânica é considerada um marco na história jurídica do País, já que o poder que provinha do “povo” e apresentava em si um retorno à sociedade, ideias liberais e iluministas davam uma resposta direta às ditaduras da Coroa portuguesa, transformando a lei como fonte do direito popular. Seguindo os Direitos Humanos e os ideais franceses de igualdade, liberdade e fraternidade.

A Lei Orgânica aumentou em três ou quatro vezes o soldo dos militares e promoveu os oficiais revoltosos, alguns em até três graus na hierarquia. Os

¹¹⁰ MOREL, Marco. *Frei Caneca: Entre Marília e a Pátria*, Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 39.

¹¹¹ MOREL apud SILVA, Pedro Alberto. *Revista do Instituto do Ceará*. Declínio da escravidão no Ceará, p. 54, 76, 77 e 201.

¹¹² Apud MOREL, 2000, p. 39. Este documento foi elaborado e discutido nas vilas e cidades, nesta Lei Orgânica se encontram consagrados princípios como a liberdade de imprensa, a independência dos poderes, a liberdade de culto, o poder constituinte da assembleia, a responsabilidade administrativa dos governantes e a soberania popular.

impostos sobre a carne e outros alimentos essenciais foram abolidos, proibiu-se a detenção por simples denúncia, estabeleceu que os estrangeiros da região que dessem provas de adesão seriam considerados "patriotas" e permitiu-se a permanência de portugueses que não se opusessem ao modelo republicano. Garantiu o direito de propriedade (inclusive de escravos), anulação de processos civis e criminais movidos pela Coroa Portuguesa, o sequestro dos bens dos negociantes que fugiram por causa da revolução e determinou-se a cunhagem de novas moedas.¹¹³

A Lei anunciava ainda que o governo provisório seria imediatamente substituído pelo governo eleito após a aprovação da Constituição da República, essa Lei Orgânica é considerada o primeiro texto constitucional brasileiro.

2.4 PATENTES REGISTRADAS DAS TROPAS CRATENSES

A Proclamação da República do Crato, CE, se deu graças à ação do Padre José Martiniano Pereira de Alencar, que chegou ao Crato em 29/04/1817, enviado pelo Governo de Pernambuco. Vilalta¹¹⁴ demonstra na Tabela 5, os estados nordestinos que Proclamaram a República, destacando o início e término do período republicano nos estados nordestinos. Nesta tabela 5 acrescentamos os dados do Estado do Ceará, que se sucederam no Crato. Comparando a história, provamos a participação da cidade do Crato no movimento republicano de 1817, fato também incidido em outros estados nordestinos, respondendo aos objetivos deste estudo. Para Pinheiro,¹¹⁵ isto se deu graças à ação do padre José Martiniano Pereira de Alencar, teve início quando o diácono José Martiniano de Alencar, emissário do Governo revolucionário de Pernambuco, proclamou a nossa Independência e República, com a leitura do "Preciso"¹¹⁶ de Mendonça.

Ao terminar a leitura, ergueu vivas, correspondido pelos assistentes. Arvoraram depois uma bandeira branca e dispararam tiros em sinal de alegria. E terminou no dia 11 de maio com a prisão dos republicanos cratenses. Para o Monsenhor Muniz Tavares,¹¹⁷ o movimento não se expandiu porque as outras vilas da província não apoiaram o movimento revolucionário.

¹¹³ ANDRADE, Manuel Correia de. *A Revolução Pernambucana de 1817*. Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras. São Paulo: Ática, 1995. p. 19.

¹¹⁴ VILLALTA, Luiz Carlos. *Pernambuco, 1817: "encruzilhada de desencontros"* do Império Luso-Brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. Revista USP, São Paulo, n. 58, jun./ago. 2003, p. 58-91.

¹¹⁵ PINHEIRO, 2010, p. 57.

¹¹⁶ PINHEIRO, 2010, p. 57.

¹¹⁷ Apud. PINHEIRO, 2010, p. 57-58.

Local	Início	Término
PE	06 de março de 1817	20 de maio de 1817
PB	13 de março de 1817	07 de maio de 1817
RN	29 de março de 1817	26 de abril de 1817
*CE	03 de maio de 1817	11 de maio de 1817

Tabela 5 – Governos republicanos revolucionários em 1817

Fonte: VILLALTA¹¹⁸*Dados sobre a República na cidade de Crato-CE¹¹⁹

Estava assim constituída a com juntura política e militar da época. Segundo Brito,¹²⁰ a Metrópole, que no caso brasileiro da época, não tinha sua independência política, seria a Corte com seu Exército (Força de 1ª. Linha), a Capital das Províncias (capitais nordestinas) com as suas forças de 2ª. Linha, as Comarcas, que tinham como sede a Vila mais populosa e mais próspera (Crato) com suas Milícias comandadas sempre por um militar da Força de 2ª. Linha e, as Fazendas com seus pequenos exércitos, constituídos de capangas, comandados pelos “coronéis” (Região do Cariri) proprietários.

Brito dá base às finalidades deste estudo provando que a cidade de Crato tinha militares de províncias, de 2ª linhas, de ordenanças e milícias. Neste cenário aparecem vários destes Militares e civis no dia 11 de maio de 1817 o Capitão-mor José Pereira Filgueiras¹²¹ com seu séquito armado prendeu Joaquim Ferraz, no Alto do Barro-vermelho, morro à nascente do Crato, tomou a vila do Crato e prendeu os irmãos José Martiniano de Alencar, Tristão Gonçalves Pereira Alencar e Padre Carlos José dos Santos, e outros partidários do movimento rebelde¹²².

A análise da tabela 6 (ANEXO II), de Gomes, foi determinante para identificar objetivos proposto no início deste estudo, nomeando assim, vários cratenses que receberam Registro de Patente, determinando assim as representações militares e sociais dos sujeitos que entre 1800 a 1870, que fizeram uma interferência na história dos militares da cidade de Crato, e do Ceará.

Segundo Pinheiro,¹²³ compareceram à sessão da câmara municipal o Capitão-Mor Pereira Filgueira, o tenente-coronel comandante da cavalaria Leandro Bezerra Monteiro¹²⁴ e

¹¹⁸ PINHEIRO, 2010, p. 57.¹¹⁹ PINHEIRO, 2010, p. 57.¹²⁰ BRITO, 1979, p. 15-16.¹²¹ GOMES, 2009, p. 303-314. Conforme Tabela 5, o Tenente-Coronel José Pereira Filgueiras do Regimento de Cavalaria Milicianas dos Cariris Novos fez o Termo de Juramento e posse no dia 20/06/1799, folha 42 v.¹²² PINHEIRO, 2010, p. 58.¹²³ PINHEIRO, 2010, p. 58.

os juízes ordinários. Para Pinheiro¹²⁵ o Capitão era formado em Direito, “Dr. Leandro Bezerra Monteiro”, nasceu no Crato filho de José Geraldo Bezerra de Meneses e dona Jerônima Bezerra de Meneses. Representou como deputado no império as províncias de Sergipe e Ceará, este fato demonstra como os militares cratenses representavam outros estados do nordeste em suas funções, militares e ou parlamentares, defendendo interesses comuns aos dois estados.

Na câmara-geral o Dr. Leandro foi um dos advogados¹²⁶ dos bispos D. Frei Vital Maria de Oliveira e D. Antônio de Macêdo Costa, na célebre questão religiosa que abalou, na era de 70 do século XIX, o reinado de D. Pedro II. Faleceu em Niterói, aos 85 anos, no dia 15 de novembro de 1911. Observa-se neste contexto que a vila do Crato já dispunha, conforme Brito¹²⁷ de militares da Força da 2ª Linha, as milícias locais, e pequenos exércitos de capangas dos coronéis locais, prática comuns naquela época em todo o Nordeste.

Segundo Bourdieu,¹²⁸ um campo é um universo onde estão inseridos agentes e instituições de determinada atividade humana, e que obedecem leis em maior ou menor grau próprias. Por exemplo, o campo artístico (podendo aí ser subdividido em subcampos para cada modalidade individual de atividade artística), campo científico, político, econômico, etc. Um “microcosmo autônomo, dotado de leis próprias” e que “Se jamais escapa às imposições do macrocosmo [a sociedade], ele dispõe, com relação à este, de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada”.

Pode-se falar de um campo militar, um microcosmo formado pelos agentes (o capitão-mor, o militar, tenente e os cabras) e instituição (a Força Militar, a Milícia, às ordenanças), que obedecem a regras próprias, e que existem em variável grau de autonomia da sociedade, responsáveis pela atividade militar dentro daquela sociedade.

Com o fim da Insurreição de 1817, presos¹²⁹ os revolucionários do Crato, CE, dentre eles Bárbara de Alencar, Tristão Gonçalves e José Martiniano, foram levados presos para Fortaleza pelo Capitão Manuel da Cunha Freire Barbosa, em junho de 1817, mas transferidos para Recife em fevereiro de 1818, e encarcerados na Bahia em outubro do mesmo ano. Descrevemos assim os sujeitos militares e sociais da revolução local da cidade de Crato em

¹²⁴ De acordo com Tabela 06, o Tenente Coronel Leandro Bezerra Monteiro do Regimento de Cavalaria miliciano dos Cariris Novos, fez o Termo de Juramento no dia 18/01/1900, de acordo com arquivo público do estado folha 44 v.

¹²⁵ PINHEIRO, 2010, p. 59.

¹²⁶ PINHEIRO, 2010, p. 59.

¹²⁷ BRITO, 1979, p. 16.

¹²⁸ BOURDIEU, 2005, p. 21.

¹²⁹ PINHEIRO, 2010, p. 58.

1817. Para Lorde Melville,¹³⁰ um motivo forte para o fracasso da Revolução Republicana de 1817 foi a grande repressão por parte da monarquia:

A repressão foi feroz como nunca o fora qualquer outra no Brasil. A devassa aberta em meados de 1817 funcionou com Alçada nomeada até a publicação da Carta Régia de 6 de fevereiro de 1818, que ordenou seu término e o início imediato do julgamento dos prisioneiros com culpa formada, perdendo-se todos os demais, “exceto sendo dos cabeças da rebelião.”¹³¹

Pode-se distinguir duas causas fundamentais para o aborto do movimento revolucionário, segundo Cahú:¹³² primeira a falta de divulgação das ideias revolucionárias entre a população; e, a segunda, a falta de chefes militares à altura dos grandes trabalhos exigidos para impor o ideal revolucionário.

2.5 PRISÕES DOS ALENCARES NA BAHIA

Embora tenham sido presos, os revoltosos do Ceará tiveram um destino bem mais brando do que aqueles que foram presos e posteriormente assassinados em Pernambuco. Transcrevemos depoimentos das vítimas da justiça baiana daquele tempo, afirma que um carcereiro muito cruel conhecido pelo codinome de “Mãos Grandes”.¹³³ Quando um preso chegava no “corredor do Segredo” deixavam o preso despido, para que o mesmo, no desespero das torturas sofridas não tentasse se suicidar, com as próprias roupas. Este foi um depoimento de um preso que passou pela prisão baiana e suas torturas, demonstrando que os presos do Crato, também tiveram a mesma sorte de outros presos nordestinos na prisão baiana, que estava a serviço da monarquia.

A “família Alencar” foi solta em 17 de novembro de 1820 conforme Pinheiro¹³⁴ em decorrência da nulidade da devassa de 1817 pela Junta Provisória de Governo na Bahia, que aceitou a Constituição Portuguesa e promoveu reformas na administração da província da Bahia. Em Carta precatória¹³⁵ do Ouvidor do Crato, José Raimundo do Paço de Porbem Barbosa, ao ouvidor da Comarca do Ceará Grande, Adriano José Leal, para que fosse

¹³⁰ Apud MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil: Um estudo da História Diplomática*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2009. p. 24.

¹³¹ MOURÃO, 2009, p. 24.

¹³² CAHÚ, 1951, p. 149-156.

¹³³ PINHEIRO, 2010, p. 63.

¹³⁴ PINHEIRO, 2010, p. 64.

¹³⁵ PINHEIRO, 2010, p. 64.

entregue a dona Barbara Pereira de Alencar, a requerimento desta data 18/02/1820 escravos que lhes tinham confiscado na Revolução de 1817. Barbara de Alencar só seria liberta nove meses depois deste requerimento. Conforme Ariadne,¹³⁶ Barbara de Alencar é também a primeira presa política do Brasil, há imagem conhecida. Em relatos, quem melhor se aproximou de sua fisionomia foi o Almirante Rufino de Alencar, um contemporâneo e parente. Pessoas dotadas do sobrenome¹³⁷ Alencar, mas que não tiveram participação em vida política acabaram virando mártires. Pelo menos 13 parentes, por consanguinidade e afinidade, foram assassinados.

Veyne¹³⁸ costumava lembrar que por vezes o comparativismo é um recurso à analogia é a única maneira disponível para suprir algumas lacunas de documentação, alguns que se perderam com o tempo.

A Monarquia para controlar os focos de república no nordeste contrata tropas para inibir as ações dos “revoltosos”, o Capitão João José da Cunha Fidié foi contratado para acabar com os revoltosos. Ao chegar à vila da Paraíba, Fidié dominou a situação com o auxílio de um brigue de guerra requisitado do Maranhão. Segundo Pinheiro¹³⁹ com a chegada do Alferes José de Souza de Farias, emissário do governo do Piauí, procurou obter reforços da câmara cratense.

A Província do Ceará, que aderiu ao Movimento da Independência, mandou que o Comandante das Armas, Coronel José Pereira Filgueiras¹⁴⁰ e um membro do governo, que era o Tenente Coronel Tristão Gonçalves Pereira de Alencar¹⁴¹, marchassem para o Piauí para ajudar aquela província¹⁴².

Foram nomeados para essa comissão por José Filgueiras e seus companheiros da “Junta da Delegação Expedicionária”, em defesa do Piauí e Maranhão; 29 alferes, 15 tenentes, 5 ajudantes, 10 capitães, 5 tenentes-coronéis, 3 coronéis, 1 cirurgião-mor e 2 capelães do exército, descrevendo assim, a participação de tropas cratenses atuando em outros estados nordestinos. Conforme Pinheiro

¹³⁶ ARAÚJO, Ariadne. *Bárbara de Alencar*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha. 2007, p. 3.

¹³⁷ ARAÚJO, 2007, p. 4.

¹³⁸ Apud BARROS, 2007, p. 15.

¹³⁹ PINHEIRO, 2010, p. 68

¹⁴⁰ Conforme Termo de Juramento em Tabela 7, do arquivo público do estado do Ceará.

¹⁴¹ GOMES, 2009, p. 303-314. A data não dá para identificar, pois, a folha foi mutilada, folha número 96-96v. Tenente Coronel do Batalhão de Caçadores Voluntários Exemplar e Defensor novamente criado na vila e Termo do Crato.

¹⁴² Conforme Termo de Juramento em Tabela7, do arquivo público do estado do Ceará, no Anexo II.

Vários estados do Nordeste participaram desta força auxiliadora, às margens do riacho Jenipapo, situado no município de Campo Maior-PI, a força piauiense foi derrotada por forças portuguesas. Reforçada pela força expedicionária do Ceará, não cederam continuaram auxiliadas pelas forças do Maranhão, no dia 31 de julho de 1823, na vila de Caxias (Maranhão) derrotaram e prenderam o Major-General Fidié, consolidando a independência na Província do Piauí.¹⁴³

Diversos estados nordestinos foram afetados pela invasão do General Fidié, ao se ajudarem mutuamente, Pinheiro¹⁴⁴ reforça que Ceará (Crato) com o Militar Capitão-mor (depois General) José Filgueiras Figueiredo e Tenente Coronel Tristão Gonçalves Alencar; Piauí com o Brigadeiro Manuel de Souza Martins (depois Barão do Parnaíba); Pernambuco com o Militar Comandante das Tropas Luís Pedro de Melo César; com ajuda recíproca registraram as suas histórias.

2.6 A REPÚBLICA NA PROVÍNCIA CEARENSE

A Contra Revolução da Vila do Crato fez José Francisco Ferreira Maia se fazer presente com apenas 14 anos de idade, em 1824 de acordo com Nascimento.¹⁴⁵ Apareceu seu nome como Membro da Junta Provisória do Governo do Ceará, juntamente com Gonçalo José Ferreira, Vicente Amâncio de Lima e Bernardino Gomes de Andrade. Morava no Sítio Monte Alegre, exerceu a função de Prefeito, Juiz Ordinário, vereador, Presidente da Câmara Municipal da vila do Crato. Exerceu o cargo de Deputado Provincial por três mandatos.

No retorno ao Crato, em janeiro de 1824, Tristão Gonçalves rompeu com o Imperador por considerar autoritária e antipatriótica a dissolução da Constituinte. Em fevereiro, Tristão Gonçalves chegou a Fortaleza e reassumiu seu posto na junta Governativa da Província, criando em março, em Fortaleza, um Conselho de Governo da Província, ficando a sua frente. Para Barroso.¹⁴⁶ Não demorou muito para que os conflitos com Costa Barros, Presidente da Província nomeado pelo Imperador, acontecessem. O Conselho Provincial em agosto de 1824, conclamou adesão do Ceará à Confederação do Equador. Tristão foi o primeiro presidente republicano da Província.

¹⁴³ PINHEIRO, 2010, p. 72.

¹⁴⁴ PINHEIRO, 2010, p. 73.

¹⁴⁵ NASCIMENTO, F. S. *Crato Lampejos Políticos e Culturais*. Casa José de Alencar, Edições UFC – 1998.

¹⁴⁶ BARROSO, Oswald. *Tristão de Alencar Araripe: Alma Afoita da Revolução*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006. p. 100-102.

As Milícias coloniais amoldaram os povoados das províncias com seus ideais de subordinação, disciplina, e o respeito à hierarquia. Tornando-se, portanto, de uma insígnia de poder. Para Faoro,¹⁴⁷ a Patente é capaz de atrair todas as cobiças, e na América portuguesa “a Patente embranquece e Nobiliza”.

Na cidade de Crato havia um “Batalhão de Pardos”, José da Costa Bandeira – Tenente Coronel do Batalhão de caçadores dos Homens Pardos do Crato¹⁴⁸, denominado de “Batalhão dos Homens Pardos Liberais Cratenses e Jardinenses de Caçadores Defensores da Pátria”. Gomes¹⁴⁹ afirma que em 1768 a província do Siará tinha em seu Regimento “403 Auxiliares Pardos, e em todo o Nordeste mantinha um Regimento de 2.359 Auxiliares Pardos, e 2.703 Auxiliares Negros”.

Segundo Prado Júnior,¹⁵⁰ as milícias constituíam tropas auxiliares, dispostas igualmente em regimentos, a partir de um apoio territorial (as freguesias). Seus membros eram recrutados de forma obrigatória em meio a comunidade, sendo comandados por oficiais, também locais, não recebiam salário e tinham que financiar seu próprio armamento e fardamento. Conforme Silva,¹⁵¹ às Ordenanças, eram compostas pelo restante da população masculina da colônia, com idade entre 18 e 60 anos, através de recrutamento e sim um alistamento, para aqueles que deviam cumprir o serviço das armas.

No Estado do Maranhão no início do século XIX, segundo Gaioso,¹⁵² além das tropas de linha, tornavam-se necessárias os regimentos de infantaria estavam assim localizados: dois na capital (um “pronto para suprir o serviço do regimento de linha”, o outro era “o de pedestres, ou pardos, alistados na cidade”) repetindo o exemplo da cidade do Crato que mantinham “Tropas de Pardos” em seus contingentes.

A adesão do Ceará à Confederação do Equador levaria Tristão Gonçalves à morte, ao sair de Fortaleza para combater os monarquistas na Vila de Aracati (Ceará), a Capital rendeu-se às forças enviadas pelo Imperador, que tinha o comando o Lorde Cochrane. Segundo o Coronel Tomás Lourenço as Silva Castro, “Viu o cadáver de Tristão em pé recostado numa jurema. O peito vazado por uma bala, que se via de um lado ao outro, a mão direita ficando por terra.” O Habitus de um militar o levou a morte.¹⁵³

¹⁴⁷ FAORO, 1991, p. 30.

¹⁴⁸ PINHEIRO, 2010, p. 179. Conforme Arquivo Público do Estado do Ceará, data de 07/07/1824, folha 102v – 103.

¹⁴⁹ PINHEIRO, 2010, p. 179.

¹⁵⁰ PRADO JUNIOR, 1994, p. 310-312.

¹⁵¹ SILVA, 2001, p. 62.

¹⁵² GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. p. 154-159.

¹⁵³ Apud. PINHEIRO, 2010, p. 83.

Bourdieu define o habitus como “um sistema de disposições duráveis que atua como princípio gerador e organizador das práticas e representações sociais.”¹⁵⁴ Ou seja, um conjunto de estruturas sociais que regem a relação entre o indivíduo e a sociedade, ou no caso presente, entre o indivíduo e o campo, através do ethos (o conjunto de valores ou princípios que regem sua conduta diária), e na hêxis (conjunto de posturas corporais adquiridas) Bonnewitz.¹⁵⁵

A memória traumática da morte do seu pai, Tristão de Alencar ainda convivera com o luto de sua mãe, que assumiu o nome de Ana Triste Araripe depois da morte do pai tenente-coronel Tristão Gonçalves de Alencar. Para Barroso,¹⁵⁶ Barbara de Alencar, foi além de parceira de Tristão Gonçalves, ela foi uma colaboradora influente das revoluções de 1817 e 1824, participando e realizando diversas reuniões, por vezes secretas ou abertas.

O movimento Revolucionário no Ceará encerrou-se com a traição do Vice-presidente José Félix de Azevedo e Sá, que jurou fidelidade ao imperador, e com as mortes do Tenente-Coronel Tristão Gonçalves e do Tenente-Coronel Pereira Filgueiras. José Martiniano de Alencar foi capturado e considerado inocente. Concordamos com Ribeiro,¹⁵⁷ que assegura que essa tentativa emancipatória foi “a de maior vulto até então realizada” pela independência do Brasil. Para Mourão uma das consequências positiva desta revolta de 1817 foi a repercussão internacional que o Brasil teve, a partir daí começa a diplomacia brasileira:

A correspondência diplomática internacional, a cobertura da imprensa e a própria consciência das elites na América portuguesa revelam que a Revolução de 1817 fez o Brasil, pela primeira, vez partícipe do movimento libertador que inflamava o resto do continente. O Brasil surgia não mais como a colônia ou o reino unido português bragantino, mas como uma entidade nacional com vontade própria de soberania, com vontade própria de liberdade, com vontade própria de reorganização social.¹⁵⁸

O intuito de uma república estava em andamento, seja ela por meio de debates, conjurações e planos e formação de ideias cada ocasião a revolução assumia corpo, entretanto, não foi no campo das ideias que tais movimentos encontram campo para crescer, socialmente falando a insatisfação em Pernambuco contagiou os outros estados nordestinos que pegaram

¹⁵⁴ Apud ROSA, Alexandre R. BRITO, Mozar J. “*Corpo e Alma*” nas *Organizações*: Um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. RAC, Curitiba. v. 14, nº 2, art. 1, Mar/Abr. 2010. p. 197.

¹⁵⁵ ROSA, & BRITO, 2010.

¹⁵⁶ BARROSO, 2006, p. 103.

¹⁵⁷ GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Série Documentos do Nordeste nº 5 B.N.B. S.A., ETANE, Fortaleza, 1985. p. 255.

¹⁵⁸ MOURÃO, 2009, p. 174-175.

nas armas para lutar contra a Monarquia. De acordo com Alves,¹⁵⁹ os liberais e os líderes revolucionários apresentaram as seguintes justificativas para sua rebelião: Implantação do Federalismo; O sufrágio Universal; A Garantia dos Direitos individuais; A Abolição do Poder Moderador; e a Nacionalização do Comércio entre outros.

Para Costa,¹⁶⁰ os reais motivos que difundiram as insurreições pelo Brasil foram “A perda do poder, e a intromissão do Governo central em suas comunidades”, desta maneira as fronteiras de conflito entre as elites locais e província permaneceram em alerta, o Governo do Rio de Janeiro preparou suas armas e permaneceu em alerta “por um período de cerca de vinte anos, a partir da abdicação de D. Pedro I.”¹⁶¹ O Decreto que a regência cassou em nome do Imperador, o de 1º de outubro de 1827, o qual promoveu Joaquim Pinto Madeira ao Posto de Coronel. Em 16 de julho de 1831, mandou a regência se cumprisse o mencionado decreto de 04 daquele mês.

Acha-se verificado que Joaquim Pinto Madeira fora ilegalmente promovido ao posto de Tenente Coronel comandante do batalhão N° 73 de caçadores de 2ª Linha do Exército por patente do ex-comandante das armas Conrado Jacó de Niemeyer; que depois disto tivera acesso ob-reptício e sub-reptício ao posto de Coronel: manda a regência, em nome do Imperador, por decreto de 4 de julho corrente que ficando sem efeito o decreto de 1º de outubro de 1827, pelo qual o dito Joaquim Pinto Madeira foi promovido ao posto de coronel, se lhe dê baixa do serviço de 2ª Linha; o que se participa pela Secretária de Estado dos Negócios da Guerra ao comandante das armas da província do Ceará para seu conhecimento e execução. Palácio do Governo. Rio de Janeiro em 16 de julho de 1831, José Manuel de Moraes. Cumpra-se e registre-se. Quartel do Comendo das Armas do Ceará, em 16 de outubro de 1831. Silveira.¹⁶²

Este Decreto revela que a Monarquia instalada no Rio de Janeiro exercia poder direto sobre os acontecimentos ocorridos no nordeste, de forma específica no Ceará, fazendo os seus decretos ter força através do Comandante das Armas do Ceará Tomás Antônio da Silveira que veio pessoalmente a cidade de Crato e Jardim para executar esse decreto. Pinto Madeira foi executado três anos depois deste afastamento do exército, no dia 28 de novembro de 1834, morreu no alto do Barro Vermelho, subúrbio do Crato.

Observamos que a fidelidade político-partidária e o poder socioeconômico era o que contemplava a escolha de novos Oficiais para Guarda Nacional, neste aspecto a cidade de

¹⁵⁹ ALVES, Maria Daniele. 2010. (Dissertação de Mestrado). *Desejos e civilizações: representações liberais no Jornal O Araripe (1855-1864)*. UEC. Fortaleza, 2010. p. 38.

¹⁶⁰ ALVES, 2010, p. 38.

¹⁶¹ ALVES, 2010, p. 38.

¹⁶² PINHEIRO, 2010, p. 96-97.

São Paulo foi a primeira a criar a Lei para Eleições de Oficiais,¹⁶³ sendo seguido por vários estados brasileiros entre eles o Estado do Pernambuco e do Ceará, ficando evidente que aspectos históricos se repetiam no nordeste, bem como no Brasil.

Neste aspecto, a escolha do ofício acima transcrito, do presidente paulista, não foi por acaso, pois seria justamente a província de São Paulo a primeira a legislar, precisamente em 1836, sobre as eleições dos oficiais da Guarda Nacional. Como consequência imediata, as demais não tardaram a fazer o mesmo. Pernambuco, Rio de Janeiro e Ceará legislaram sobre a milícia civil, alguns meses depois de São Paulo. Paraíba, Rio Grande do Norte e Goiás fizeram o mesmo em 1837. Em 1838, foi a vez da Bahia, Alagoas, Maranhão e Sergipe. Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina seguiram o exemplo em 1840 e Mato Grosso, em 1843. Por sua vez, São Paulo voltaria a legislar sobre a corporação civil em 1844 e 1846.¹⁶⁴

O Período Regencial, entre 1831 e 1840, ficou caracterizado pela tensão econômica do Primeiro reinado e por amplas agitações política. A população iniciou de maneira tumultuada a luta para transformar as estruturas do país, ao mesmo tempo em que as hierarquias, além de pleitearem de forma violenta o domínio em suas comarcas, exigiam maior autonomia, contrapondo-se às diretrizes centralizadoras do segundo reinado.

Contudo, teve como consequência a insatisfação popular. Vários estados brasileiros e nordestino usaram o mesmo método utilizado pelos “alencares” e pernambucanos em ações revolucionárias como: a Cabanagem (Pará), a Sabinada (Bahia), a Balaiada (Maranhão) e a Farroupilha (Rio Grande do Sul). Nestas lutas saíram vitoriosas as forças conservadoras.

¹⁶³ SALDANHA, Flávio Henrique Dias. 2008. (Tese de Doutorado). O Império da Ordem: Guarda Nacional, Coronéis e Burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873. UNESP, Franca. 2008. p. 63-64.

¹⁶⁴ SALDANHA, 2008, p. 64.

3 MILITARES CRATENSES DE 1850 a 1870

A chegada da Coroa portuguesa no Brasil deu uma nova formatação na sociedade patriarcal rural brasileira, com transformações urbanas. Era necessário civilizar o povo da colônia. Os setores das elites iniciaram, então, um processo civilizador em relação aos seus próprios hábitos e costumes. As transformações em Fortaleza influenciaram todo o interior do sertão. Na cidade de Crato, com a chegada de várias famílias de Icó e dos militares da Guarda Nacional, começou o processo civilizador da cidade, respondendo assim os objetivos desta pesquisa, a atuação civil das tropas cratenses. Identificamos outros fatores que também influenciaram neste processo. Descrevemos o processo de recrutamento das tropas e a organização militar e policial de Crato em 1870.

3.1 A PARTICIPAÇÃO DOS MILITARES NO PROCESSO CIVILIZADOR DE CRATO

A Família Real chegou à colônia e a partir desse acontecimento se estabeleceu uma nova formatação na sociedade patriarcal rural. Essa nova configuração se replicou por todas as vilas da província. A corte representava a chegada da civilização, do progresso e da modernidade. Era necessário civilizar o povo da colônia. Segundo Abreu, setores das elites iniciaram, então, um processo civilizador em relação aos seus próprios hábitos e costumes.

Isto porque, de acordo com José Murilo de Carvalho, no processo de formação e consolidação do Estado brasileiro no século XIX, o cerne da estabilidade do sistema imperial dependia da capacidade dos grupos dominantes de administrarem seus conflitos no interior das normas constitucionais tacitamente aceitos por todos. Além disso, tal capacidade permitia a formação de coalizões políticas capazes de empreender reformas que, de certo modo, seriam impossíveis em circunstâncias de pleno domínio dos proprietários fundiários.¹⁶⁵

Carvalho¹⁶⁶ dá ênfase a uma visão homogênea na formação da elite política dirigente, e a influência de interesses comuns entre estes e os notáveis locais, os interesses de ordem privada e poder público. Reformaram da Guarda Nacional por meio da Lei n.º 602¹⁶⁷, de 19

¹⁶⁵ ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégia de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Roco, 1996. p. 49.

¹⁶⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 50.

¹⁶⁷ Idem. A nomeação tinha por intenção, de acabar com as dificuldades democrático que a lei de agosto de 1831 decretada, e assegurar uma hierarquização no interior da corporação, atrelada ainda ao fato de avigorar as fronteiras entre a sociedade rural e a sociedade imperial.

de setembro de 1850, na qual, entre outras determinações, foi abolido o sistema eleitoral, de forma que os oficiais, daí em diante, passaram a ser nomeados pelos residentes das províncias mediante propostas encaminhadas pelos comandantes locais.

As transformações urbanas para deixar Fortaleza mais civilizada, em 1850, proporcionaram um êxodo rural do interior para a para capital, e que incidiu num crescimento urbano, e ordenamento das vias e urbanização sanitária. Conforme Rocha,¹⁶⁸ o desejo de “Modernização” não era exclusividade da capital cearense que registrava grandes transformações na vida dos cidadãos. Nesta ocasião, registram-se também grande êxodo para outros núcleos urbanos do interior da província. É o caso da cidade de Icó, onde a decadência da pecuária ocasionou a migração de muitas famílias para vilas próximas como afirma Pinheiro.¹⁶⁹

O principal itinerário era Crato, próspera vila da região Sul da Província cearense. As migrações para essa vila, sobretudo de ricos comerciantes, alteraram significativamente seu cotidiano, contribuindo para o aperfeiçoamento dos costumes, devido à emigração para ali de famílias, especialmente do Icó, cujo esplendor principiava a declinar.¹⁷⁰

Desde a chegada da Família Real à colônia, se estabeleceu uma nova configuração para todas as províncias e vilas da região Nordeste para a sociedade patriarcal rural. Conforme Irineu Pinheiro,¹⁷¹ “ser cratense” era ter assegurado um lugar na ordem civilizatória, porque, supostamente, teria sido no Crato que se deu a ascensão do “estalão moral” de toda a região do cariri. Vejamos:

No meado do século XIX começou a ascender o estalão moral da sociedade do Crato, que podemos considerar padrão de toda a zona caririense. Até então era inferior o nível de moralidade do lugar. Um dos motivos do aperfeiçoamento dos costumes foi a imigração [...] de famílias, especialmente do Icó, cujo esplendor principiava a declinar. Fixaram-se na nova terra fértil, menos sujeita às crises climáticas enriquecendo-as com seu labor e, portanto, civilizando-as os Alves Pequenos, os Candeias, os Bilhares, os Garridos, os Linhares, os Gomes de Matos e outros cujas descendências se prolongaram até nós. Frutificaram os bons hábitos familiares dos recém-vindos.¹⁷²

¹⁶⁸ ROCHA, Ariza Lima. *O Passado da Educação Física Escolar em Fortaleza - CE (1865-1930)*. Edições UFC, 2011, p. 36.

¹⁶⁹ PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950. p. 89.

¹⁷⁰ PINHEIRO, 1950, p. 89.

¹⁷¹ VIANA, José Ítalo Bezerra. “A Tendência Ardorosa de Cratizar o Cariri”: Escrita da História Representação do Passado na Produção do Instituto Cultural do Cariri, UFC, *Revista Historiar*, Vol. 06, N. 10, ANO 2014. p. 89.

¹⁷² PINHEIRO, 1950, p. 89.

A transferência dos comerciantes do Icó, para a cidade do Crato chegou mesmo a ser comparada à mudança da corte portuguesa para o Brasil, trazendo consigo instituições e práticas da civilização europeia. Tais influências das famílias de comerciantes que migraram a cidade Crato teriam levado junto à mudança os valores de progresso e civilização que teriam gestado o aperfeiçoamento dos costumes e possibilitado o adiantamento moral e material do Cariri. É preciso dizer que entre os “civilizadores” elencados por Irineu Pinheiro. Segundo Viana, “encontravam-se os membros da família Alves Pequeno, da qual o próprio Irineu fazia parte.”¹⁷³

Para Cortez¹⁷⁴ políticos, religiosos e intelectuais uniram-se e orientaram a produção da imagem de Crato como “cidade da cultura” em torno da ideia de contraste com Juazeiro Norte: tinham o objetivo de demonstrar a superioridade cultural cratense, que estaria ligada à valorização da cultura letrada e à reprodução por homens e mulheres de condutas “civilizadas”.

O Coronel António Luís Alves Pequeno, mantinha hábitos da elite com costumes e comportamento de um homem arrojado logo se tornou influente no cenário político da cidade, conseguindo ser o Presidente da Câmara Municipal, em 1853, meses antes de Crato elevar-se à categoria de cidade. Em 1857, no batizado¹⁷⁵ do seu filho, a festa ficou registrada no jornal e foi considerada um marco dos bons hábitos da elite caririense.

Domingo, 16 do cobrente. O Sr. Tenente Coronel António Luiz Alves Pequeno, por ocasião do batizamento de seu quarto filho, obsequiou aos seus amigos desta cidade com um esplêndido baile que foi assaz concorrido. Esta reunião provou bastante em favor do adeantamento moral do Crato. Não faltou ordem, gosto e delicadeza entre os numerosos convidados. Todos procuraram em dar de seus costumes a melhor ideia. Por sua parte o Sr. António Luiz e sua Excma Sra. abundaram de delicadezas e bons modos com seus hóspedes, que ficaram penhorados de suas atenções.¹⁷⁶

O processo civilizatório começa nos meios sociais. Gostaríamos de destacar princípios trabalhados pelos militares em seus quartéis como: adiantamento moral, ordem, costumes. Norbert Elias, em “O Processo Civilizador”,¹⁷⁷ lembra, por exemplo, que ao adotarem a etiqueta francesa e o cerimonial parisiense, os vários governantes obtiveram os instrumentos

¹⁷³ VIANA 2014, p. 87.

¹⁷⁴ CORTEZ, 2000, p. 2-14.

¹⁷⁵ PINHEIRO, Irineu. Efemérides do Cariri. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963. p. 83-84.

¹⁷⁶ PINHEIRO, 1963, p. 83-84.

¹⁷⁷ ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993. p. 17.

que desejavam para tornarem manifesta sua dignidade, bem como visível a hierarquia social e fazerem todas as demais pessoas, em primeiro lugar e acima de tudo a nobreza de corte, conscientes de sua posição dependente e subordinada.

A adoção de adequados hábitos sociais e de etiqueta leva a um sentimento de pertença entre aqueles que os partilham, bem como a ostentação dessas “boas maneiras”. O conceito de sociedade homogênea, cortês, fina e polida mirava, ainda, a produzir a conceito de que a cidade já estava aparelhada para receber parte de créditos e dos investimentos.

O processo civilizador constitui uma mudança na conduta e sentimentos humanos rumo a uma direção muito específica. Mas, evidentemente, pessoas isoladas no passado não planejaram essa mudança, essa “civilização”, pretendendo efetivá-la gradualmente através de medidas conscientes, “racional”, deliberadas. Claro que “civilização” não é, nem o é a racionalização, um produto da “ratio” humana ou resultado de um planejamento calculado a longo prazo.¹⁷⁸

Destacamos também o grande número de Oficiais da Guarda Nacional que estavam nesta festa com suas “fardas” de serviço. Demonstra a atuação social que os militares tiveram na sociedade cratense. Os uniformes recebiam uma atenção especial em conformidade com Saldanha:

Neste aspecto em particular, os uniformes dos oficiais receberam uma atenção especial por parte das autoridades imperiais. Sendo assim, os uniformes do oficialato civil deveriam condizer com a importância e a distinção atribuída aos comandantes da Guarda Nacional.⁷² seguindo de perto este corolário, as fardas e uniformes militares, de acordo com Roberto da Matta, direcionam para posições-chave na estrutura social, por se constituírem em símbolos de poder na escala social. O uso de tais trajes e seu formalismo é condizente com a ordem cotidiana, o que, por sua vez, cria uma consciência aguda e sensível da ordem. Ademais, os uniformes simbolizam e operam identidades sociais bastante delimitadas em todas as esferas da vida social.¹⁷⁹

A criação de corpos da milícia civil em todo o território do Império brasileiro promoveu, de acordo com a opinião de Fernando Uricoechea,¹⁸⁰ a militarização da sociedade local, na medida em que os súditos, tornados guardas nacionais, supriram a falta de funcionários públicos necessários para a consecução racional e ordenada do poder político, por meio da “execução de

¹⁷⁸ ELIAS, 1993, p. 17.

¹⁷⁹ SALDANHA, 2008, 1974.

¹⁸⁰ URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: DIFEL, 1978, p. 131.

funções estatais e de organização política da sociedade civil”. Figueiredo Filho¹⁸¹ descreve essa nova sociedade civil de Crato.

Uma numerosa companhia de senhoras, cujas graças eram mesmo superiores ao gosto apurado do seu trajar, grande número de oficiais da G. N. ricamente fardados, todos identificados no pensamento de dar o festim o maior brilho, fizeram bem agradáveis muitas horas dessa noite, que tão veloz parecia correr. Uma bela música, uma companhia escolhida, licores variados e deliciosos, um chá servido com profusão são sempre coisas que muito agrada, mas cumpre confessa-lo, houve ai algo que mais nos chamou a atenção: a educação apurada que revelaram os convivas, as maneiras delicadas que em todos se observaram. Julgando por esta bela reunião, qualquer estranho pode afirmar dos nossos costumes o juízo mais honroso. Agradecendo, pois, ao Sr. Tenente Coronel e a Sua Excma. Sra. as atenções de que fomos testemunhas e mesmo objeto, não o fazemos por mera etiqueta, mas para ter a ocasião de consignar o serviço que apresentou ao Grato, em geral, acabando de plantar os hábitos cultos das nossas capitais.¹⁸²

A partir de 1850 a cidade de Crato se prepara para o setor urbano. Estava nos discursos dessa nova elite. O Historiador Figueiredo Filho também afirma esse fato da influência das famílias vindas da cidade do Icó, e elenca outros fatores:

Naquela época, atingiria a dois mil ou mais o número de seus habitantes. Nos anos 50 do século XIX, prestes a ser cidade ou após sê-lo, organizou Crato vários serviços necessários à sua vida coletiva. Recordemos alguns que lhe foram realmente utilíssimos: a construção do mercado e do cemitério, uma elementar tentativa de abastecimento de água à cidade, a edição de seu primeiro Jornal, que indicou interessarem a elite muito reduzida, é certo, coisa da inteligência e do espírito.¹⁸³

A construção de espaços públicos para manter a higiene, a limpeza e evitar a proliferação de doenças, como o mercado, o cemitério e um elementar abastecimento de água limpa, foram ações importantes para preparar a cidade para a modernidade.

Durante a epidemia de Cólera o Jornal Araripe de Crato, descreveu e comparou as diferentes reações das autoridades e da população em geral nas províncias do Pará, Bahia e Rio de Janeiro. Segundo o relato, as duas primeiras tinham sido levadas pelo pânico generalizado a atitudes de covardia, abandonando os doentes sem assistência alguma:

¹⁸¹ FIGUEIREDO FILHO et PINHEIRO. *História do Cariri*. UFC, Fortaleza, Vol IV. Coedição Secult/ Edições URCA Edições, 2010. p. 66.

¹⁸² FIGUEIREDO FILHO, 2010, p. 66.

¹⁸³ FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO. *Cidade do Crato*. Ministério de Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1953. p. 11.

“Médicos, padres, autoridades civis e militares, tudo isso esmoreceu, e pode-se dizer que tudo isso morreu...”. Observa-se que os militares de vários estados brasileiros e nordestinos fugiram abandonando os doentes a sua própria sorte.

O Jornal Araripe¹⁸⁴, acompanhado de uma lista com nomes de pessoas consideradas ilustres levadas pela epidemia, se encontram os nomes do Capitão Antônio Correia e Lima e Antônio Ferreira de Lima, veteranos da independência.

As preocupações com a urbanização e melhoria da fisionomia arquitetônica dos setores urbanos e o refinamento dos costumes da população não foram apenas preocupações as capitais das Províncias; no interior, também se viram tais preocupações. Para Cortez,¹⁸⁵ a aristocracia urbana começa a atuar no projeto civilizador da cidade do Crato.

Se, em 1817, a grande responsável pela defesa dos projetos políticos revolucionários foi a aristocracia rural, na segunda metade do século XIX, a idealização, defesa e difusão do projeto de civilização para a Região do Cariri vieram por intermédio da aristocracia urbana. Pois, já na segunda metade do século XIX, o Crato propunha-se a ser o núcleo disseminador de um projeto civilizador para a Região do Cariri. Para isso, servia-se do fato de ser o espaço mais povoado e de maior projeção econômica na região. Foi a segunda freguesia criada na região, 1762; o primeiro povoado a ser elevado à condição de vila (inaugurada em 21 de junho de 1764 com o nome de Vila Real de Crato).¹⁸⁶

O comportamento rústico da aristocracia rural canavieira de Crato não fugia aos padrões da zona canavieira pernambucana, descendentes dessa elite colonial, os indivíduos que colonizaram o Cariri não se afastaram dessa tradição.

Memorialistas citam ainda como fator de progresso moral no Crato a criação, em 1853, do Bispado do Ceará, e através dos “seminários de Fortaleza e do Crato (...) e do Colégio da Imaculada Conceição, da Capital da Província (...) foi o Bispado do Ceará influente ambiente de cultura”¹⁸⁷ e desenvolvimento do Cariri, região circunvizinhas, sendo que os Seminários imprimiram “maior pureza à vida do clero cearense, proporcionando-lhe melhor formação intelectual, moral e religiosa.”¹⁸⁸

¹⁸⁴ O Jornal Araripe nº 284 foi publicado em 23 de agosto do mesmo ano.

¹⁸⁵ CORTEZ 2000, p. 51.

¹⁸⁶ CORTEZ 2000, p. 51.

¹⁸⁷ CORTEZ 2000, p. 50.

¹⁸⁸ CORTEZ 2000, p. 90.

O Recrutamento das tropas se dava, segundo Mendes,¹⁸⁹ como uma “caçada humana”, na real acepção do termo, um verdadeiro jogo de estratégia e de cautela que dramatizava a prestação militar.

Neste sentido, uma das isenções locais à prestação militar era a Guarda Nacional. A criação da milícia no conturbado período regencial configurou uma clara e nítida diferença entre o miliciano civil e o militar de primeira linha. O primeiro era tido como um cidadão, ao passo que o segundo era, no entender das autoridades, um vadio. Afinal, o serviço na milícia era considerado como um dever para com o País na célebre acepção da “Nação em armas”. Já o serviço no exército assumia uma conotação negativa, semelhante a um castigo – dada a condição social desprivilegiada dos recrutas, os dirigentes imperiais entreviam a prestação militar destes como um corretivo moral capaz de disciplinar seus vícios e torpezas.¹⁹⁰

No que diz respeito ao tributo de sangue, a Guarda Nacional não era a única instituição a desviar recrutas em potencial da tropa de primeira linha. Havia o Corpo de Policiais Permanentes e a Guarda Policial que igualmente alistavam indivíduos em detrimento dos efetivos do exército. Entretanto, era a corporação civil a principal rede de proteção contra a prestação militar. Na opinião de Mendes.¹⁹¹

O pertencimento à Guarda Nacional confundir-se-ia, pois, com as isenções ao recrutamento, representando o alistamento na guarda uma das estratégias de evasão mais comuns daqueles que porventura se encontrassem ‘nas circunstâncias das levas’. Um dos maiores incentivos à entrada nos quadros da guarda era oferecido pela imunização que representava em relação ao recrutamento. A Guarda Nacional representava, na verdade, uma gigantesca rede de proteção institucionalizada, indisponibilizando a população para fins militares.¹⁹²

A qualificação¹⁹³ na milícia cívica representava uma fuga das “pessoas de certa consideração social” da prestação militar no exército, por outro, o miliciano guarda nacional

¹⁸⁹ MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Tese Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1997. p. 167 O Recrutamento se dava a procura de um “número razoável de recrutas” até completar as tropas não era uma das tarefas das mais fáceis. A menor suspeita ou o boato de que um agente do recrutamento se encontrava nas vizinhanças, era motivo mais do que suficiente para a população apta ao imposto de sangue evadir-se para os matos e tornar-se, por assim dizer, “invisível”.

¹⁹⁰ MENDES, 1997, p. 167.

¹⁹¹ Apud SALDANHA 2008, p. 119.

¹⁹² ARAÚJO, Maria Benedita. O recrutamento militar em Moçambique: alguns casos exemplares. In: *Actas do VII colóquio: o recrutamento militar em Portugal*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p. 55.

¹⁹³ ARAÚJO 1996, p. 55-56. Conforme Araújo admitia que a qualificação para a Guarda Nacional era um subterfúgio ao encargo militar na tropa de primeira linha, diante da evidência, na província do Ceará de indivíduos que mesmo não possuindo a renda exigida para o ingresso na milícia, ainda assim almejavam alistar-se nesta e não naquela.

encontrava-se preso à vontade política de um prócer local. Neste sentido, Castro¹⁹⁴ mais uma vez, comprova:

O problema qualificação-recrutamento estava ligado às injunções políticas. A qualificação dos guardas nacionais feita nos pequenos núcleos dos curatos e paróquias obedecia frequentemente a interesses locais partidários, visto que se reconhecia sua condição de votante. Ao mesmo tempo em que o livrava muitas vezes do recrutamento, a qualificação sujeitava-o à dominação do partido político local.¹⁹⁵

Quando o miliciano não contava com a proteção de um proprietário rural, o que dizer então daquele indivíduo que não possuía as condições exigidas por lei para ingressar na milícia Mendes.

O Coronel Raimundo Teles Pinheiro¹⁹⁶ delineou a evolução da sociedade cratense descrevendo e nomeando a organização Militar e Policial da cidade de Crato no ano de 1870. Os dados mostram que de fato a cidade de Crato teve oficiais das tropas da Guarda Nacional, do Corpo da Cavalaria, Batalhão da Infantaria, Batalhão da Reserva e Secretaria de Polícia que atuaram em todos os setores militares, e de polícia.

¹⁹⁴ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977. p.82.

¹⁹⁵ Apud SALDANHA, 2008, p. 119. Neste caso a fuga ao recrutamento revestia-se de inúmeras formas a saber, resistência armada com o conluio de amigos e parentes, casamentos de última hora, ou em situações mais dramáticas, a automutilação, e por último a automutilação, e recurso de desertar das tropas.

¹⁹⁶ FIQUEIREDO FILHO, 2010. p. 67-70.

CONCLUSÕES

O envio das primeiras Tropas à Província do Ceará eram oriundas de Pernambuco e compostas de índios, brancos, pardos e negros. Primeira Patente expedida para a Ribeira dos Cariris foi em 22 de junho de 1718. Verificando a lista de Termos de Posse, identificamos os nomes de pernambucanos e nomes de cearenses. Observamos ainda que os pernambucanos assumiram altos cargos nas Tropas Pagas. Conforme o estudo, em 1768 o “Ciará” contava com um contingente militar de 51 militares pagos, 01 fortalezas, 810 auxiliares de pé, 404 auxiliares a cavalo, 403 auxiliares pardos, num total de 1668, respondendo assim os objetivos deste estudo. No período havia tropas no Ceará e em 1718 a primeira Patente emitida para a região dos Cariris, onde a Cidade do Crato está localizada.

A hipótese deste trabalho se confirmou ao observar que Tropas de milícias e ordenanças da cidade de Crato receberam Patentes oficiais nas Tabela 01, 02 e 06, confirmadas por carta Régia ou por Registros de Patentes de cearenses e cratenses da província a partir de 1758. A povoação dos Kariris Novos foi contemplada com seis Patentes no edital, e a Vila Real do Crato com 9 Patentes no edital. As tropas do Crato pertenciam às Tropas de Linha da Cavalaria Milicianas. O Regimento do Crato possuía 10 companhias e faziam a guarda na cidade de Crato.

Nota-se que por ordem do Bispo de Pernambuco é que foi desmembrada a freguesia de S. José dos Cariris Novos (Missão Velha) e de Nossa Senhora da Penha do Crato. Este desmembramento realizado pela Igreja e não pelo Estado deixa evidente o poder que a igreja e o governo pernambucano exerciam naquela época no nordeste brasileiro.

Várias foram as influências para o movimento revolucionário de autonomia em relação à Monarquia. Eventos locais, regionais e internacionais influenciaram esse movimento: a Revolução Liberal Americana, a “Revolução Francesa”, e a “Declaração Universal dos Direitos Humanos”, e os ideais iluministas e liberais. Sendo escrita com lutas e interesses é que foi composta a Primeira Constituição Brasileira em 28 de março 1817, a Lei Orgânica.

O diácono José Martiniano de Alencar, emissário do Governo revolucionário de Pernambuco, proclamou a Independência e República, na cidade de Crato. Este episódio descreve a participação da família Alencar no movimento revolucionário de 1817, a cidade do Crato teve a sua Republica de “oito dias”, antes da Confederação do Equador, demonstrando que os acontecimentos pernambucanos influenciaram diretamente a história da cidade. Houve muitas lutas em vários estados nordestinos com a repressão feita pela monarquia os revoltosos foram presos, e vários deles assassinados. A “família Alencar” foi presa na Bahia e solta em

17 de novembro de 1820 em decorrência da nulidade da devassa de 1817. O Conselho Provincial, em agosto de 1824, conclamou adesão do Ceará à Confederação do Equador e Tristão Gonçalves foi o primeiro presidente republicano.

As seguintes famílias participaram do processo civilizador da cidade do Crato: os Alves Pequenos, os Candeias, os Bilhares, os Garridos, os Linhares, os Gomes de Matos e outros. O Coronel António Luís Alves Pequeno mantinha hábitos da elite com costumes e comportamento de um homem arrojado. Logo se tornou influente no cenário político da cidade. Este militar foi a base para difusão do processo civilizador na cidade de Crato. Observamos aqui as representações militares intervindo na sociedade civil, implantando o processo civilizador de Crato.

A construção de espaços públicos para manter a higiene, a limpeza e evitar a proliferação de doenças, como o mercado, o cemitério e um elemento abastecimento de água limpa, foram ações importantes para preparar a cidade para a modernidade. A criação do primeiro jornal do interior da Província, do Bispado do Ceará em 1853, foram referências importantes para civilização do povo, com formação intelectual, moral e religiosa.

Ao longo dos capítulos analisamos o prestígio social recebido pelos oficiais das Tropas de milícias, Ordenanças e Guarda Nacional de Crato, no período de 1700 a 1900, Sendo assim, localizamos nas Tropas “militares” cratenses: Tropas da Guarda Nacional, do Corpo de Cavalaria, Batalhão de Infantaria, Batalhão de Reserva e Secretaria de Polícia que atuaram em todos os setores sociais, militares, e civil junto à comunidade. Como elemento de união entre os interesses de Pernambuco e da elite local, está a prestação de serviços e favores, que ficou evidente com o intenso método de transação, o motim e acordos em torno de interesse comuns. Eis aqui, enfim, um campo historiográfico complexo, que tem muitas lacunas para se desvelar à disposição de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. *A Fabricação do Imortal: Memória, História e Estratégia de Consagração no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rocco, 1996.
- ALENCAR, Tristão. *História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos até 1850*. 2. ed. Fortaleza, 1958.
- ALVES, Maria Daniele. 2010. (Dissertação de Mestrado). *Desejos e civilizações: representações liberais no Jornal O Araripe (1855-1864)*. UEC. Fortaleza, 2010.
- ANDRADE, Breno Gontijo. *A revolução dos padres de 1817*. Diálogos. Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 15, n. 1, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Revolução Pernambucana de 1817*. Coleção Guerras e Revoluções Brasileiras. São Paulo: Ática, 1995.
- AQUINO, J. Lindemberg. Jubileu de Ouro, *Revista do Jubileu de Ouro do Colégio Diocesano do Crato*, Crato-CE, Tipografia do Cariri, 1977.
- ARAÚJO, Ariadne. *Bárbara de Alencar*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2007.
- ARAÚJO, Raimundo Alves. *Família e Poder: Construção do Estado no Nordeste Cearense no Século XIX (1830-1900)*, Dissertação UEC. Fortaleza. 2011.
- BANDO de 30 de junho de 1775. Arquivo Público do Estado do Ceará. Livro 16: Portarias, editais, bandos e ordens régias (1762-1804), fls. 43v-44. O mesmo bando foi publicado na vila de Icó em 18 de julho de 1775: Arquivo Público do Estado do Ceará. Livro 14: Registros de portarias, editais, patentes, bandos e ordens régias da câmara da vila de Icó (1761-1796), fls. 101-102v.
- BARROS José D'Assunção. História Comparada – Um Novo Modo de Ver e fazer a História. *Revista de História Comparada*, volume 1, número 1, jun./2007.
- BARROSO, Oswald. *Tristão de Alencar Araripe: Alma Afoita da Revolução*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.
- BEZERRA, Francisco Robson de Souza. *O Futebol amador na cidade de Crato/CE nas décadas de 1970-1980*. Monográfica, URCA, Crato, CE, 2013.
- BLOCH, Marc. Para uma História comparada das sociedades europeias. in: *História e Historiadores*. Textos reunidos por Etienne Bloch. Lisboa: Teorema, 1998.

- BORGES, Raimundo de Oliveira. *O Engenho Taquari*. Coleção Ytaitera (ICC) – Nº 20. Crato-CE, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand do Brasil, 8ª Edição 2005.
- BOXER, Charles Ralph. *O império marítimo português (1415-1825)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. “População do Ceará”. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Tomo III, 1889.
- BRITO, Sócrates Quintino da Fonseca e. 1979. (Dissertação de Mestrado). *A Rebelião de Pinto Madeira, Fatores políticos e sociais*. UFSC, 1979.
- CAHÚ, Sylvio de Melo. *A Revolução Nativista Pernambucana de 1817*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.
- CALADO, C.; FERREIRA, C. *Análise de documentos: método de recolha e análise de dados*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem/Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARTAS régias circulares ao Maranhão, Piauí, Ceará, Goiás e Mato Grosso. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo CDXVI, 2002, pp. 187-204
- CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.
- CHANDLER, Billy James. *Os Feitosas e os Sertões dos Inhamuns: A História de uma Família e uma Comunidade no Nordeste do Brasil (1700-1830)*. Fortaleza: ED. EDUFC; Rio de Janeiro.1981.
- CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000. UFRJ. Dissertação de Mestrado.
- D’ALCOCHETE, Nuno Daupias. *Principalidade. Porto*. Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2001.
- DECRETO premiando os Índios das aldeias do Ceará Grande, Pernambuco e Parahiba, por seu comportamento no atentado de Pernambuco. In: *Correio Braziliense*, vol. XXII, n. 138, novembro de 1819, p. 473.
- DELLA CAVA. *Milagres de Juazeiro*. 2 Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.
- DOCUMENTOS sobre as Minas dos Cariris Novos. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo CCXXVII, 1955, pp. 262-322. IN *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*.
- ELIAS, Nobert. *O processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 1991.

FIGUEIREDO FILHO; PINHEIRO. *Cidade do Crato*. Ministério de Educação e Cultura – Serviço de Documentação, 1953.

_____. *História do Cariri*. UFC, Fortaleza, Volume IV- (Capítulos 15 e 17). Coedição Secult/Edições, URCA, 2010.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão*. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GARNIER P. L., Memória sobre a Capitania Independente do Ceará Grande escrito em 18 de abril de 1814 pelo Governador da mesma, MENESES, Luiz Barba Alardo. in: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil XXIV*, Rio de Janeiro. 1871.

GIRÃO, Raimundo. *Evolução Histórica Cearense*. Série Documentos do Nordeste nº 5 B.N.B. S.A., ETANE, Fortaleza, 1985.

_____. *Pequena História do Ceará*. Coleção Estudos Cearenses VOL I, 3ª Edição, Edições UFC, 1971.

GOMES, José Eudes. *As milícias d'El Rey: Tropas militares no Ceará setecentista*. Dissertação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 14ª ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

JÚNIOR, Rosildo Coelho; RODRIGUES, Renata Samico, Antiga Lei Orgânica de 1817. *ANAIS V – Colóquio de História; Perspectivas Históricas; Historiografia, Pesquisa e Patrimônio*. 2011

KOCKA, Jünger. *Comparison and beyond. History and Theory*. Middletown, v. 42, Nº 1, p. 39-44., 2003.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. 12 ed. 2 vols. Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC editora, 2003.

MATOS, Florisval. *A História do Futebol no Crato Versus cabra preta*. Crato: Tipografia e Papelaria do Cariri, 1966.

MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Tese Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.1997.

MENEZES, José Pinheiro Bezerra. In: *Revista do Instituto do Ceará*, ANO XXXII, Fortaleza, 1918.

MENEZES, Luiz Barba Alardo de. “Memória sobre a capitania do Ceará, 18 de abril de 1814”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XXXIV, 1871, pp. 255-286.

MOREL, Marco. *Frei Caneca: Entre Marília e a Pátria*, Rio de Janeiro: FGV.2000.

MOURÃO, Gonçalo de Barros Carvalho e Mello. *A Revolução de 1817 e a História do Brasil: Um estudo da História Diplomática*. Fundação Alexandre de Gusmão. Brasília, 2009.

NASCIMENTO, Adailson de Oliveira. *Exercícios físicos-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX*. UFMG, Belo Horizonte, 2009.

NASCIMENTO, F. S. *Crato Lampejos Políticos e Culturais*. Casa José de Alencar, Edições UFC – 1998.

PEQUENO, João Ranulfo. *Revista Província*, Tipografia Cariri, Crato-CE. Julho de 1993.

PARENTE, P. A construção de uma nova História Militar. *Revista Brasileira de História Militar*. Edição especial de lançamento, dez. 2009.

PERIÓDICO Jornal O Araripe, Crato, CE. Edições de 1855 a 1864. Setor de Microfilmes da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel. Fortaleza – CE.

PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Edições UFC, Coedição Secult/Edições URCA, 2010.

_____. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

_____. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1950.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)*. 11ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1973.

PROVISÃO do rei D. João V ao capitão-mor do Ceará João de Teive Barreto e Meneses sobre a companhia de soldados que todos os anos vem de Pernambuco e sobre a necessidade de estabelecer uma companhia efetiva em Fortaleza, 19 de novembro de 1746. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Ceará, Avulsos, caixa 5, documento 301.

RAMINELLI, Ronald. “A honra malograda dos chefes potiguar (1630-1695)”. (texto inédito). RAMINELLI, Ronald. “Honra e privilégio da família Camarão (1630-1720)”. In: *Anais Eletrônicos do XXIV Simpósio Nacional de História: História e Multidisciplinariedade*. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

REGISTRO do bando de 31 de março de 1767. Arquivo público do Estado do Ceará. Livro Nº 16: folha Nº18, PORTARIAS, editais bandos régios (1762-1804).

REGISTRO do Bando para se alistarem todos os moradores desta Cap.^{nia} [do Ceará] de 12 até 70 anos”, 31 de março de 1767. Arquivo Público do Estado do Ceará. Livro 16: Portarias, editais, bandos e ordens régias (17621804), fl. 18.

ROCHA, Ariza Lima. *O Passado da Educação Física Escolar em Fortaleza - CE (1865-1930)*. Edições UFC, 2011.

ROSA, Alexandre R. BRITO, Mozar J. “*Corpo e Alma*” nas Organizações: Um Estudo Sobre Dominação e Construção Social dos Corpos na Organização Militar. RAC, Curitiba. v. 14, nº 2, art. 1, Mar/Abr. 2010.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O Império da Ordem: Guarda Nacional, Coronéis e Burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Tese de Doutorado, UNESP, Franca. 2008.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Kalina Vanderlei. *O miserável soldo & a boa ordem da sociedade colonial: militarização e marginalidade na Capitania de Pernambuco dos séculos XVII e XVIII*. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 2001.

SILVA, Maria Icleide Viana da. José Fernandes de C. Ribeiro, primeiro professor de Educação Física da cidade de Crato. *ANAIS-I Encontro Caririense de Pesquisa em Educação Física*. URCA. Crato 2004.

_____. *História da Educação Física escolar na cidade de Crato (1858 a 1934)*. Monografia URCA. Crato. 2008.

SOUZA, Laura de Mello e.; BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *O império deste mundo (1680-1720)*. São Paulo: Companhia das Letras, Coleção Virando séculos, 2000.

STUDANT, Guilherme. *1856-1938 - Notas para a História do Ceará*. Brasília: Edições do Senado Federal, v. nº 29, Conselho editorial 2004.

_____. *Datas e Factos para a História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

_____. “A administração de João Carlos Augusto de Oeynhausen no Ceará (parte documental).” In: *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XXXIX, 1925, pp. 241-242.

_____. “Figuras do Ceará colonial”. In: *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XXXVII, 1923.

TERMO de juramento de Joze da Costa Bandeira do posto de Tenente Coronel do Batalhão de caçadores dos Homens Pardos do Crato, e Jardim, denominado “Batalhão dos Homens Pardos Liberais Cratenses e Jardinenses de Caçadores Defensores da Pátria”, 7 de junho de 1824. *Arquivo Público do Estado do Ceará*. Livro 18: Termos de juramento e posse da capitania do Ceará (1767-1840), fl. 102v-103

THOMAS, Pompeu Sobrinho. *História das secas- século XX*. Monografia N° 23- 2° Vol. Ed. Batista Fontenele. Instituto do Ceará. Fortaleza, 1953.

TOLLENARE, Louis-François de. *Notas Dominicais*. Recife: Secretária de Educação e Cultura. 1978.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978, p. 131.

VIANA, José Ítalo Bezerra. “A Tendência Ardorosa de Cratizar o Cariri”: Escrita da História Representação do Passado na Produção do Instituto Cultural do Cariri, UFC, *Revista Historiar*, Vol. 06, N. 10, ANO 2014.

VILHENA, Luiz dos Santos. “Carta XIX, em que se dá notícia da Commarca do Ceará Grande dividida em tres grandes districtos com a descrição de cada hum delles, rios que os cortão e barras que fazem no mar, povoações que ali se achão; natureza, e produções dos seus terrenos; mineraes que ali se têm descoberto, e generos em que se comercêa; ao que accede a não vulgar notícia das minas de Ouro dos Cariris Novos”. Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasília. In: *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XXI, 1907, pp. 149-181.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817: "encruzilhada de desencontros" do Império Luso-Brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista USP*, São Paulo, n. 58, p.58-91, jun./ago. 2003.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: HESPANHA, António Manuel (coord). *História de Portugal*, vol. 4: o Antigo Regime. Lisboa: Ed. Estampa, 1993, p. 121-155.

ANEXO I

A GUARDA NACIONAL

Comandante Superior do Crato, Barbalha, Missão Velha.

Estado Maior – Coronel Comandante Superior: Antônio Luís Alves Pequeno Júnior,

Chefe do Estado Maior: João Quesado Figueiredo.

Major Adjunto de Ordem: Felipe Teles de Mendonça e Joaquim Lopes Raimundo Bilhar.

Capitão Secretário: Gonçalo de Lavor Paes Barreto

Capitão do Quartel Mestre: Francisco José de Pontes Simões.

Capitão Cirurgião: Benedito da Silva Garrido.

CORPO DE CAVALARIA Nº01

Tenente Coronel Comandante: Antônio Gonçalves Landim.

Major Designado: Joaquim Gomes de Matos

Tenente Cirurgião: Cristóvão de Holanda Cavalcante Albuquerque

Alferes Secretário: Joaquim José da Rocha

Alferes Porta-estandarte: Antônio de Figueiredo

Alferes Porta-estandarte: Joaquim Francisco Ribeiro

1ª Companhia – Capitão João Vitorino Gomes, Tenente Joaquim Delfino Teixeira e Alferes Alexandre Leite Moreira.

2ª Companhia – Capitão Joaquim Gomes de Matos, Tenente Vicente José Monteiro e Alferes Joaquim Francisco de Brito.

3ª Companhia _Capitão Antônio Moreira Maia, Tenente Antônio José de Carvalho e Alferes Miguel Bezerra Frazão.

4ª Companhia _ Capitão Francisco Ribeiro de Andrade, Tenente Manuel Joaquim Tavares e Alferes Leonel Dias Ferreira.

CORPO DA CAVALARIA Nº 4

ESTADO MAIOR _ Tenente Coronel Comandante Joaquim Bezerra de Menezes.

Tenente Quartel Mestre: José Geraldo de Carvalho.

Tenente Cirurgião: Simeão Correia de Macêdo.

Alferes Secretário: Dário Correia Guerra.

Alferes Porta-Estandarte: Antônio Teles de Menezes e Francisco Miranda Colares.

1º Companhia _ Capitão Joaquim de Sá Cavalcante Machado de Albuquerque, Tenente Francisco Tavares Quental e Alferes Manuel Antônio do Nascimento.

2ª Companhia _ Capitão José Pinheiro Bezerra de Menezes, Tenente Pedro Ribeiro de Carvalho Paz e o Alferes João Francisco Colares.

3ª Companhia _ Capitão Leandro Bezerra de Menezes, Tenente Luiz Manuel Gonçalves Parente e o Alferes Evaristo Carlos do Nascimento.

4ª Companhia _ Capitão José Geraldo Bezerra Monteiro, Tenente Antônio Leandro Bezerra (não consta nome do Alferes).

BATALHÃO DA INFANTARIA Nº 12

ESTADO MAIOR _ Tenente Coronel Comandante: Miguel Xavier Henrique de Oliveira, Major Designado: Pedro Bezerra Monteiro.

Tenente Quartel-Mestre: José Soares Barbosa.

Tenente Cirurgião: Joaquim Secundo Chaves.

Alferes Secretário: Juvenal de Alcântara Pedrosa.

Alferes Porta-Bandeira: Isidro Francisco de Paula.

1ª Companhia _ Capitão Pedro Bezerra, Tenente Joaquim de Lavor Paes Barreto e Alferes Agostinho Augusto de Albuquerque e Melo e Joaquim Pedrosa Lima.

2ª Companhia _ Capitão Joaquim Francisco de Araújo Candeia, Tenente Antônio Ferreira Lobo e Alferes Francisco Pereira Maia e João Jaques de Macêdo.

3ª Companhia _ Capitão Francisco de Franca Alencar, Tenente José Ferreira Lima Dié e Alferes Manuel do Monte Furtado e Liberalino Pereira Maia.

4ª Companhia _ Capitão Ernesto de Lima, Tenente Francisco Gonçalves de Pinto e o Alferes José Correia de Oliveira e Regino de Araújo Costa e Alcântara.

5ª Companhia _ Capitão Francisco José de Brito, Tenente Fenelon Bolivar e Alferes Marcolino Francisco Cardoso e Francisco Ferreira de Melo.

6ª Companhia _ Capitão Antônio Teles de Mendonça, Tenente Otávio Adastro de Lima e Alferes José Albertino de Rocha e Henrique de Lavor Paes Barreto.

7ª Companhia _ Capitão Manuel Carlos do Nascimento, Tenente Manuel Pereira de Araújo Caçula e Alferes José Freire de Castro Jucá e Belarmino Gomes de Moura.

8ª Companhia _ Capitão Antônio José de Castro, Tenente Manuel Inácio Ferreira da Silva e Alferes Vicente Gonçalves Aleixo e Manuel Leandro de Menezes.

BATALHÃO DA RESERVA Nº 02

ESTADO MAIOR _ Tenente Coronel Comandante Semeão Teles de Menezes Jurumenha.

Tenente Cirurgião: Sabino de Mendonça Barros.

Alferes Secretário: Constantino Brígido dos Santos.

Alferes Porta-bandeira: Manuel Catuamba Naru.

1ª Companhia _ Capitão Joaquim Gonçalves Landim, Tenente Manuel Ferreira Lima Roldão e Alferes Balduino Gomes de Matos e Belmiro Pereira Maia.

2ª Companhia _ Capitão Laurênio Brízeno da Silva, Tenente Francisco Fernandes de Oliveira e o Alferes Pedro Soares Celestino e Pedro Correia Lima de Macêdo.

3ª Companhia _ Capitão Joaquim José de Santana Milfont, Tenente Salustriano Pereira Maia e o Alferes Raimundo de Alcântara Maia e Raimundo Gonçalves de Castro.

SECRETARIA DE POLICIA

Delegado do Termo do Crato _ Joaquim Gomes de Matos.

Suplente: Capitão José Pinheiro de Bezerra de Menezes, Joviniano Teles Pontes Simões, Felipe Teles Mendonça, Manuel Joaquim Tavares, Pedro Bezerra Monteiro e Francisco José de Pontes Simões.

Sub-delegado do Distrito: Francisco Gonçalves de Pinho.

Suplentes: Belmiro Gomes de Moura, Dário Duarte Correia Guerra, Vicente Gonçalves Aleixo, Manuel Leandro Ferreira de Menezes, Antônio Joaquim Tavares Melo, Joaquim Caetano Batista.

ANEXO II - TABELA 6 Registros de patentes (1759-1765) Livro 11. Arquivo Público do Estado do Ceará
 FONTE: GOMES¹⁹⁷

ANEXO II

(Edital)	Registo do <u>edital q. o s.^r cap.^m mor e g.^{or} mandou para a povoação dos Cariris Novos para passar mostra</u> ao Regim. ^{to} da Cavalr. ^a e mais tropas do mesmo destr. ^o feito em o dia 18 de 7br. ^o de 1760.	18/09/1760	55v-56
(Edital)	Registo de um edital q. o s. ^r Capp. ^{am} mor, e G. ^{or} mandou fixar na V. ^a do Icó, Povoassão dos Kariris novos, e Ribr. ^a dos Inhamuns p. ^a efeito de passar <u>mostra geral</u> a todas as tropas do destricto da mesma V. ^a	15/07/1764	81-81v
Arnau de Olanda	Cap. ^m mor das ordenanças da real V. ^a do Crato.	29/04/1765	83
Cosme Tavearez da Luz	Then. ^{te} de cavallo da comp. ^a de que he cap. ^m Mathias Tavares da luz do destricto do Rio Choró dos Cariris Novos p. ^a sima e Buturete	30/05/1765	102-102v
Fran. ^{co} Roberto de Menezes	Sarg. ^{to} mor da ordenança da Real Villa do Crato	12/07/1765	141v-142
João Bap. ^{ta} da Costa	Tenente coronel da cavalaria da Real V. ^a do Crato	19/07/1765	142
Fran. ^{co} Gomes de Melo	Cap. ^{am} da ordenança de ua das comp. ^{as} da Real V. ^a do Crato	15/07/1765	147v-148
An. ^{to} de Pinho Fr. ^a	Cap. ^{am} da ordenança de ua das comp. ^{as} da Real V. ^a do Crato	15/07/1765	148
João Pr. ^a do Lago	Tenente da ordenança da comp. ^a do cap. ^m João Alz. Feitoza do regim. ^{to} da Real V. ^a do Crato	15/07/1765	150-150v
An. ^{to} Glz' Dantas	Cap. ^m dos homens Frausteiros que residirem da povoasam _____ de S. Joze dos Cariris Novos para a p. ^e da ribera dos Riachos dos Porcos the aonde faz extrema a d. ^a ribr. ^a com a freguezia do Pianco	17/07/1765	151v-152
Joze de Olanda Cavalcante	Cap. ^m da Hordenança do deztr. ^o da Serra de S. ^{ta} Barbara athe ao Brejo Gr. ^{de} e vay a continuar com a Barra dos Bastioens do termo da Real V. ^a do Crato	15/07/1765	152
João Alz' Feytoza	Cap. ^{am} de ordenança do destr. ^o do Porto do Cavallo athe ao Irapuha com todas az duaz vertentes que comprehende 18 legoaz do tr. ^o da V. ^a do Cratto	15/07/1765	152
An. ^{to} de Olivr. ^a da Rocha	Cap. ^m de cavalos da ordenança do destricto do Riacho dos Porcos Freg. ^a dos Cariris Novos de q. e coronel An. ^{to} Lopes de Andr. ^a	07/07/1765	154v-155

¹⁹⁷ GOMES, 2009, p. 290-303. Tabela elaborada a partir de dados coletados desta fonte.

An. ^{to} Per. ^a de Brito	Cap. ^m de cavallos (cavallaria) da ribeyra do Riacho dos Porcos q. comprehende da Capella dos Milagrez, the o Briginho Nazaret Taboca e Olho de agoa com quatro legoas de circunferencia a quarenta praças hua das do regim. ^{to} da cavalaria da Real Villa do Crato de que e coronel Dom. ^{oz} Glz. Pacheco novam. ^{te} creada em observancia do §15 do Regim. ^{to} destes governos...	17/08/1765	175v-176
--	---	------------	----------

ANEXO III - Tabela Nº 07 Termos de Juramento e Posse (1767-1840) Livro Nº: 18 Arquivo Público do Estado do Ceará
FONTE: GOMES¹⁹⁸

NOME	POSTO	DATA	FOLHA	OBSERVAÇÕES
Ignacio Castano Maciel	Tenente general das Ordenanças da Real Vila do Crato	19/11/1782	26v	Termo de Juramento
Joaquim Ferreira Lima	Capitão-mor das Entradas do distrito dos Cariris Novos	14/08/17??	32v	Termo de Juramento
Joze Pereira Filgueira	Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana dos Cariris novos	20/06/1796	39v	Termo de Juramento
Joze Pereira Filgueiras	Capitão-mor da Ordenança da Vila do Crato	07/05/1799	42v	Termo de Juramento
Leandro Bezerra Monteiro	Tenente Coronel do Regimento de Cavalaria Miliciana do Cariri Novo	18/01/1900	44v	Termo de Juramento
André Vieira de Mello Cavalcante	Capitão-mor Agregado às Ordenanças da Vila do Crato	02/01/1810	58	Termo de Juramento
Tristão Gonçalves Pereira de Alencar	Tenente Coronel do Batalhão de Caçadores voluntários exemplador e defensor novamente criado na vila e termo do Crato	(Folha mutilada)	96-96v	Termo de Juramento
Francisco Pereira Maia Palmito	Tenente Coronel do Batalhão de Caçadores recentemente criado na Vila do Crato, denominado "Zelosos da Liberdade Nacional"	17/07/1824	103-104	Termo de Juramento
Francisco Pereira Maia Palmito	Tenente Coronel do Batalhão de Caçadores recentemente criado na Vila do Crato, denominado "Zelosos da Liberdade Nacional"	17/07/1824	103-104	Termo de Juramento
Joaquim Antonio Bezerra de Menezes	Capitão-mor das Ordenanças da Vila do Crato	09/02/1829	125-125v	Termo de Juramento

¹⁹⁸ GOMES, 2009, p 303-314. Tabela elabora a partir de dados extraídos desta fonte.